

**A TECNOLOGIA DIGITAL NA EMPREGABILIDADE DO JOVEM: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA**

MARCELO BOLFE

**A TECNOLOGIA DIGITAL NA EMPREGABILIDADE DO JOVEM: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA**

MARCELO BOLFE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação - Área de Concentração: Formação e Prática Pedagógica do Profissional Docente.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Raquel Rosan Christino Gitahy

Co-orientadora:

Prof^a. Dr^a. Claudia Pereira de Pádua Sabia

371.33
B669t

Bolfe, Marcelo

A tecnologia digital na empregabilidade do jovem: desafios e possibilidades na educação contemporânea / Marcelo Bolfe. – Presidente Prudente, 2011.

104 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Educação) – UNOESTE – Universidade do Oeste Paulista, 2011.

Bibliografia.

1. Tecnologia educacional. 2. Emprego. 3. Educação. 4. Aprendizagem. I. Título.

MARCELO BOLFE

**A TECNOLOGIA DIGITAL NA EMPREGABILIDADE DO JOVEM: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA**

Dissertação apresentada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Presidente Prudente, 27 de abril de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Raquel Rosan Christino Gitahy
Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE
Presidente Prudente - SP

Prof^a. Dr^a. Ivone Tambelli Schmidt
Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE
Presidente Prudente - SP

Prof^a. Dr^a. Adriana Regina de Jesus
Universidade Estadual de Londrina – UEL
Londrina - PR

DEDICATÓRIA



AGRADECIMENTOS

À ABEC (Associação Brasileira de Educação e Cultura) e ao Centro Social Marista Irmão Acácio, do qual sou colaborador, pela redução de carga horária durante o período dos estudos e também pelo estímulo para que haja um enriquecimento científico nos projetos que desenvolvemos.

Aos professores Adriano Rodrigues Ruiz e José Camilo dos Santos Filho, pela dedicação e pelos ensinamentos que foram essenciais para a realização deste trabalho.

Às professoras Cláudia Pereira de Pádua Sabia e Raquel Rosan Christino Gitahy nas orientações e contribuições no processo de qualificação.

Aos jovens egressos que participaram da pesquisa, pelo comprometimento e disponibilidade em aceitar e responder o questionário.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão deste trabalho.

*Pais, não exaspereis vossos filhos.
Pelo contrário, criai-os na educação e doutrina do Senhor.*

Efésios (6,4)

RESUMO

A tecnologia digital na empregabilidade do jovem: desafios e possibilidades: educação contemporânea

A presente dissertação tem como objetivo analisar a importância da tecnologia digital na inserção de jovens no mundo do trabalho. A discussão e análise desta pesquisa se dá por meio da preocupação com a capacitação e as estratégias para oferecer acesso a tecnologias e conhecimentos aos jovens, como forma de melhor prepará-los para sua inserção no mundo do trabalho. Optou-se por uma pesquisa de campo, de caráter quanti-qualitativo, utilizando como instrumento de pesquisa um questionário semiestruturado que foi aplicado a 50 jovens egressos dos anos 2005 a 2007 do Programa Agente Jovem que frequentaram o Projeto Centro Social Marista Irmão Acácio, na cidade de Londrina, PR. Através da pesquisa foi possível identificar como resultado que os jovens conseguiram se inserir no mercado de trabalho e utilizam o conhecimento adquirido no Projeto. A maioria dos jovens está empregada, cerca de 88% do total de pesquisados sendo 44% deles com ganhos entre 2 e 3 salários mínimos.

Palavras-chave: Tecnologia. Empregabilidade. Jovem. Aprendizagem.

ABSTRACT

Digital Technology in Adolescent's Employability: challenges and possibilities in current education

The current work aims at analyzing the importance of digital technology for adolescents' insertion in the job market. The discussion and analysis in this research rely on the concern with professional development and strategies to provide adolescents with access to technologies and knowledge, so as to better prepare them for the insertion in the job market. A quanti-qualitative field research was conducted by using a semi-structured questionnaire as research tool, which was applied to 50 adolescents who had left the *Programa Agente Jovem*, offered by *Centro Social Marista*, in Londrina, PR, in the years 2005 to 2007. By means of this research, it was possible to conclude that the adolescents were successful in their insertion in the job market and use knowledge acquired in the project. The majority of the adolescents are employed, about 88% of the total number researched, and 44% of them earn between 2 and 3 minimum salaries.

Key-words: Technology. Employability. Adolescent. Learning.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Idade dos egressos pesquisados.....	72
TABELA 2 – Ano em que os egressos pesquisados cursaram o projeto.....	73
TABELA 3 – Grau de instrução atual dos egressos pesquisados.....	73
TABELA 4 – Egressos pesquisados que estão empregados atualmente.....	74
TABELA 5 – Função que os egressos pesquisados exercem atualmente	78
TABELA 6 – Renda atual dos egressos pesquisados	80
TABELA 7 – Em relação ao trabalho, egressos que gostariam de mudanças	82
TABELA 8 – Egressos que utilizam a informática no trabalho que desenvolvem	83
TABELA 9 – Egressos que utilizam a informática em casa	84
TABELA 10 – Egressos que tiveram alguma promoção (mudança de função) no trabalho por terem conhecimentos em informática	84
TABELA 11 – Egressos que acreditam que os conhecimentos adquiridos através do Projeto Social, especificamente na área da Informática, contribuíram para o desenvolvimento profissional e pessoal.....	86
TABELA 12 – Para o trabalho que desenvolve, houve falta de domínio de alguma ferramenta tecnológica que poderia ter tido conhecimento no Projeto Social?.....	88
TABELA 13 – Egressos que fizeram ou fazem algum curso ou treinamento na área da Informática	89
TABELA 14 – Egressos que tiveram dificuldade para encontrar o primeiro emprego.....	90

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 – Jovens durante aula na Linguagem de Artes Cênicas	51
FOTO 2 – Jovens durante ensaio na Linguagem de Artes Circenses	52
FOTO 3 – Jovens durante atividade na Linguagem de Artes Plásticas	53
FOTO 4 – Jovens durante atividade na Linguagem de Cultura e Movimento.....	54
FOTO 5 – Jovens durante atividade na Linguagem de Educomunicação.....	55
FOTO 6 – Jovens durante ensaio na Linguagem de Expressão Corporal	56
FOTO 7 – Jovens durante atividade na Linguagem de Meio Ambiente e Cidadania	57
FOTO 8 – Jovens durante atividade na Linguagem de Jogos Cooperativos	58
FOTO 9 – Jovens durante atividade na Linguagem de Informática	58
FOTO 10 – Entrada do Centro Social Marista Irmão Acácio.....	62
FOTO 11 – Reunião com as famílias	63
FOTO 12 – Contação de histórias.....	64
FOTO 13 – Sala de aula no projeto de qualificação profissional.....	65
FOTO 14 – Reunião no programa de formação continuada	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	19
1.1 O Papel da Educação na Profissionalização do Jovem	19
1.2 A Educação Profissional no Brasil.....	23
1.3 A Reforma da Educação Profissional.....	27
1.4 Educação, Inclusão Digital e a Inserção no Mundo do Trabalho.....	29
2 PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FRENTE AO MUNDO DO TRABALHO.....	35
2.1 Terceiro Setor: Trabalho Social	35
2.2 Protagonismo Juvenil: Interferências no Mundo do Trabalho.....	38
2.3 O Mundo do Trabalho e suas Exigências.....	43
2.4 A Educação Não Formal e sua Práxis: O Centro Social Marista.....	45
3 METODOLOGIA.....	69
3.1 Os Sujeitos	70
3.2 Local de Realização do Estudo	70
3.3 Procedimentos de Coleta e Análise dos Dados	71
3.4 Apresentação e discussão dos resultados	72
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS.....	96
APÊNDICES.....	100

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa começou em 2004, com uma nova etapa da minha trajetória profissional. Iniciei as atividades como educador no Centro Social Marista Irmão Acácio, situado na região Norte de Londrina e que oferece serviços e programas destinados a jovens na faixa etária de 12 a 17 anos em desigualdade social. Um desses serviços é o chamado de apoio socioeducativo com diversas linguagens para a prática de atividades com jovens, entre elas a Linguagem de Informática, responsável por levar conhecimento e recursos sobre o uso das novas tecnologias aos jovens.¹

No início, tinha como bagagem apenas uma graduação em Tecnologia em Processamento de Dados e finalizava uma especialização em Informática na Educação, porém não tinha nenhuma experiência em ministrar aulas de informática para jovens, uma vez que meu emprego anterior foi, por muitos anos, na área da saúde.

Mesmo assim, depois de um processo seletivo com várias etapas e muitos concorrentes, tive minha contratação aceita e percebi que uma nova etapa de vida se iniciava, a de educador. Resolvi, então, aceitar o desafio dessa nova profissão, passando a desenvolver projetos com atividades que fossem, no mínimo, instigantes e relevantes para os jovens, pois estes desistiam facilmente das atividades propostas que não lhes fossem convidativas.

Com o passar do tempo e com algumas experiências vividas na função de educador, percebi que havia um grande índice de repetição ou desistência, principalmente na disciplina de matemática na educação formal. Assim, em 2005, resolvi me capacitar com uma formação em matemática que me desse subsídio para trabalhar matemática na informática, ou seja, proporcionando atividades lúdicas, com as quais os jovens tivessem possibilidades de desenvolver algumas habilidades como raciocínio e concentração na resolução de problemas.

Ser educador é uma tarefa árdua, que exige esforços físicos e mentais a cada momento, pois procura educar-se educando, aprender ensinando.

¹ Uma discussão sobre a Oficina de Informática é apresentada no subitem 2.4 desta dissertação.

Para Gadotti (1984, p. 76),

É na prática que o educador se educa. Ele não se educa antes, para exercer, depois, a prática da educação. Se isso é verdade, a função de educar é particularmente relevante e exige um esforço constante de atenção e de renovação de si mesmo. Ele tem que se educar com cada educando.

Com o decorrer dos anos muitos jovens passaram pela minha linguagem, instigando-me o fato de saber mais sobre eles, principalmente com relação à questão da empregabilidade. A constatação da existência das enormes dificuldades para a inserção de jovens sem experiência profissional nas empresas foi o que impulsionou a vontade de investigar se os recursos e os conhecimentos adquiridos em relação à Informática e às novas tecnologias disponibilizados pelo projeto são ações verdadeiras que vão diminuir a exclusão digital e ajudar a inserir os jovens no mundo globalizado.

Para Estefenon e Eisenstein, (2008, p.142),

[...] podemos estimular uma maior quantidade possível de pessoas e nossos jovens a descobrir o fantástico potencial transformador da tecnologia da informação, inclusive para fomentar movimentos contra a engrenagem da exclusão – que leva à violência.

A partir do contato profissional com alguns jovens que frequentaram o projeto social no contraturno escolar, foi possível identificar o impacto das aulas de informática no percurso profissional escolhido por muitos ex-educandos.

Em 2008, resolvi, então, escrever um projeto e ingressar no mestrado. O objetivo do meu projeto seria de localizar egressos de 2005 a 2007 que frequentaram o projeto social e avaliar se todo o esforço durante os anos anteriores teriam rendido frutos aos jovens, ou seja, se esse esforço teria contribuído para aguçar a inteligência, que muitas vezes não podemos ver.

Para Morin (2007, p. 39),

A educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular o uso da inteligência geral. Este uso total pede o livre exercício da curiosidade, a faculdade mais expandida e a mais viva durante a infância e a adolescência, que com frequência a instrução extingue e que, ao contrário, se trata de estimular ou, caso esteja adormecida, de despertar.

Assim, nesta dissertação pretende-se investigar esses impactos e comprovar a relevância do processo de ensino e aprendizagem da tecnologia digital no percurso de inserção de jovens no mundo do trabalho.

Segundo Castro, Aquino e Andrade (2009, p. 29) sabe-se que a inserção do contingente de jovens, aqui considerados como indivíduos entre 15 e 29 anos, em torno dos 50,2 milhões no Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Revisão 2008, correspondia a 26,4% da população total do Brasil, o que representa uma questão na qual estão juntas problemáticas e deficiências tanto na esfera da educação quanto nas questões econômicas e sociais complexas.²

Esse número de jovens subempregados ou desocupados aumenta ano a ano, pois temos de um lado o mundo do trabalho com suas exigências por qualificação profissional e, de outro lado, o sistema educacional brasileiro em uma crise na qual não consegue garantir nem mesmo o acesso ao ensino superior e muito menos uma formação que dê conta das necessidades específicas dos vários nichos da empregabilidade.

Com essa imensa dívida social que impede grande parte da população brasileira de ter acesso a serviços gratuitos de qualidade nas áreas da saúde, educação e transporte etc., acaba exprimindo-se de forma mais específica no analfabetismo digital, que atinge 55% dos brasileiros, ou seja, 80 milhões de indivíduos de baixa renda que jamais acessaram um computador ou a internet, barrando, assim, seu caminho profissional e restringindo suas oportunidades de trabalho, ainda mais no cenário do primeiro emprego.³

Para Pretto (1996, p. 77),

Internet é a grande rede de comunicação entre os computadores espalhados por todo o mundo que, na verdade, é uma metarrede, vez que a sua função é a de interligar todas as outras redes existentes no mundo, de

² Adotou-se aqui o mesmo recorte etário com que trabalham a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e que é adotado na proposta de Estatuto da Juventude, em discussão na Câmara dos Deputados: de 15 a 29 anos, com os subgrupos de 15 a 17 (jovem-adolescente), de 18 a 24 anos (jovem-jovem) e de 25 a 29 anos (jovem-adulto).

³ Dados retirados do livro “Geração Digital – Riscos e benefícios das novas tecnologias para as crianças e adolescentes. Para mais detalhes, ver Estefenon e Eisenstein (2008).

tal forma que seja possível um computador falar com os outros, mesmo utilizando sistemas operacionais diversos.

Para Lima Júnior a Internet (1997, p. 20),

(...) interfere na forma humana de pensar, desencadeando o surgimento de uma nova economia cognitiva e, por outro lado, porque possui uma estrutura que imita o funcionamento cognitivo humano, como uma rede.

Outra questão importante que se coloca é a necessidade de experiência anterior, posta de forma quase absoluta em praticamente todas as vagas abertas. Como empregar jovens egressos da escola sem uma formação específica e experiências profissionais anteriores?

A capacitação profissional pode ser um trunfo para o jovem na disputa por uma vaga no mundo do trabalho. Para Vasconcelos e Brito (2006, p. 52), capacitar não é treinar, é oportunizar o ato cognoscente relativo a determinados procedimentos, necessários ao bom desempenho de dada ação ou tarefa.

Essa facilidade em realizar determinados procedimentos em áreas tecnológicas específicas é o que as empresas têm buscado nos candidatos a ocupar futuros cargos.

De acordo com Lanças (2003, p.20), as empresas estão buscando cada vez mais candidatos ecléticos⁴, com conhecimentos múltiplos.

Ainda segundo Lanças (2003, p. 20 e 21),

O candidato ideal é aquele que reúne a maior quantidade de requisitos possíveis para a vaga em questão, [...] que tem a atitude correta, a competência adequada e as habilidades necessárias para o bom andamento das atividades que estarão sob sua responsabilidade.

A escola pelo seu processo de aprendizagem contínuo pode colaborar decisivamente na formação de profissionais, como diz Hoffmann (2005, p. 56),

[...] significa considerar que o conhecimento produzido pelo educando, num dado momento de sua experiência de vida, é um conhecimento em processo de superação. A criança e o jovem aprimoram sua forma de pensar o mundo na medida em que se deparam com novas situações, novos desafios e formulam e reformulam suas hipóteses. [...] e a partir daí colocar o jovem em outros patamares de saber buscando um novo perfil na

⁴ Candidatos ecléticos segundo o autor, são candidatos que além dos quesitos técnicos como formação acadêmica, conhecimento de línguas, conhecimento de informática e outros específicos para a função possuem competência, habilidades e atitude.

qualificação tendo em vista as necessidades de um mercado mais globalizado e intensamente competitivo.

Diante do cenário deste mundo global e disputado em que vivemos, a informática é uma ferramenta decisiva devido à ênfase cada vez mais frequente que os conhecimentos computacionais vêm tendo na disputa pelas mais variadas vagas de emprego.

Para Valente (1999, p. 25), o profissional da sociedade enxuta⁵

[...] deverá ser um indivíduo crítico, criativo, com capacidade de pensar, de aprender a aprender, de trabalhar em grupo, de utilizar os meios automáticos de produção e disseminação da informação e de conhecer o seu potencial cognitivo, afetivo e social. Certamente, essa nova atitude é fruto de um processo educacional, cujo objetivo é a criação de ambientes de aprendizagem em que o aprendiz vivencia essas competências.

Neste contexto, programas públicos ou não governamentais de apoio escolar, arte-educativos, esportivos ou até mesmo profissionalizantes podem colaborar na formação do jovem oferecendo diferenciais na sua trajetória educativa e auxiliando na sua inserção profissional. Assim, o problema da pesquisa é de analisar a importância da tecnologia digital no contexto do processo de ensino e aprendizagem em um espaço educativo, possibilitando a inserção de jovens no mundo do trabalho.

O acesso a tecnologias pode acontecer muitas vezes de forma inédita para muitos jovens de baixa renda nestes serviços e programas. Assim sendo, a aprendizagem pode significar grande diferença em seu futuro.

Para Vasconcelos e Brito (2006, p. 46), a aprendizagem é:

[...] real apropriação de conteúdos depois de assimilados, digeridos e transformados. A aprendizagem acontece quando o conhecimento enriquece a vida, a instrumentaliza e a dirige para novos conteúdos de conhecimento. Assim, aprende-se na medida em que se retêm conteúdos que poderão ser utilizados em favor do crescimento individual [...].

Para Duarte Júnior (1991, p. 31), “a escola tem como função a comunicação de fórmulas científicas que, espera-se, habilitem o sujeito a conhecer racionalmente o mundo e nele operar produtivamente”.

⁵ O termo "enxuta" é uma tradução do termo "lean production" instituído por Womack, Jones & Roos (1990), para designar uma sociedade sem desperdícios de energia, tempo, material e esforço humano.

Assim, os objetivos para esta pesquisa são:

Geral: O objetivo do projeto é analisar o impacto da inclusão digital na empregabilidade e a transformação social na vida do jovem atendido por projeto socioeducativo.

Específicos:

- a) Levantar a situação profissional de egressos de projeto socioeducativo;
- b) Avaliar o grau de utilização da tecnologia digital pelo público atendido pelo projeto;
- c) Avaliar a adequação do programa de ensino de informática em projeto socioeducativo, em relação às necessidades do mundo do trabalho;
- d) Investigar o tipo e nível de habilidades profissionais desenvolvidas por jovens que receberam ensino de informática em projeto socioeducativo.

A metodologia utilizada foi uma pesquisa de campo, através da aplicação de um questionário semiestruturado com perguntas fechadas e abertas para 50 egressos atendidos pelo Centro Social Marista Irmão Acácio entre os anos de 2005 e 2007.

Esta dissertação foi dividida em quatro capítulos e pretende defender a relevância do ensino de informática que pode ser oportunizada pelas escolas ou outras organizações não governamentais para o primeiro emprego de muitos jovens.

No primeiro capítulo serão apresentados os fundamentos teóricos que norteiam a pesquisa e nos levam a refletir sobre a importância da informática na aprendizagem do jovem.

No segundo capítulo são apontadas propostas para a educação profissional tendo como parâmetro os trabalhos do terceiro setor e o jovem como protagonista na busca de habilidades para o mundo do trabalho.

No terceiro capítulo será discutido o caminho metodológico, os sujeitos pesquisados, o local de realização dos estudos e os resultados desta pesquisa, tendo como foco a comprovação da relevância do processo de ensino-aprendizagem

de informática na história de jovens de baixa renda na obtenção do primeiro emprego.

No quarto capítulo, nas considerações finais dá-se enfoque à visão sobre os jovens atendidos pelo Centro Social Marista Irmão Acácio, no que se refere à inserção no mundo do trabalho, avaliando o impacto da qualificação e a importância da preparação e do comprometimento do jovem para a vida profissional.

1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

1.1 O Papel da Educação na Profissionalização do Jovem

O capítulo foi norteado por meio de embasamentos que visam compreender as estratégias que os programas públicos ou não governamentais vêm buscando, para oferecer conhecimento e acesso às tecnologias aos jovens da forma mais abrangente possível.

Assim, atentos às necessidades do presente e projetando-nos para o futuro, há de se considerar de grande importância explicitar, aqui, a compreensão do ato pedagógico, ou seja, do processo de educar como um processo de interação da relação ensino e aprendizagem, que transmita saberes pela dinâmica da sua construção.

O ato pedagógico como um processo de construção de conhecimentos vai além da informação, da assimilação. A ênfase maior será dada na relação que deverá ser estabelecida entre educador, educando e conhecimento. Deve-se partir do pressuposto de que educação é o processo de inserção do sujeito no mundo do trabalho, constituindo-se no desenvolvimento da relação do homem com o mundo.

Para Barreto (2003, p.65).

[...] o papel do educador não é propriamente falar ao educando, sobre sua visão de mundo ou lhe impor esta visão, mas dialogar com ele sobre a sua visão e a dele. Sua tarefa não é falar, dissertar, mas problematizar a realidade concreta do educando, problematizando-se ao mesmo tempo.

Não é demais deixar claro que a intencionalidade deste trabalho é avaliar se o desenvolvimento de habilidades através de atividades pedagógicas foi capaz de transformar os sujeitos do conhecimento, interferindo qualitativamente nos seus processos de aprendizagem.

Contribuindo com esta reflexão, Freire (1987, p. 08) afirma que:

Educação é compreendida como processo dinâmico e abrangente, inerente ao desenvolvimento da pessoa enquanto constituição do sujeito, ou seja, a educação reproduz, assim, em seu plano próprio, a estrutura dinâmica e o movimento dialético do processo histórico de produção do homem. Para o homem, produzir-se é conquistar-se, conquistar sua forma humana. Há um inevitável processo de socialização no qual o indivíduo toma consciência de

si e dos outros viabilizando seu desenvolvimento pessoal e sua inserção em determinada sociedade que se concretiza através de práticas educativas diversificadas. Portanto, trata-se de uma consciência situada historicamente e enraizada no mundo, isto é: as consciências não se encontram no vazio de si mesmas, pois a consciência é sempre, radicalmente, consciência do mundo.

Sendo assim, a relação pedagógica pressupõe a explicitação da relação educador-educando no processo de aprendizagem, bem como das consequências de tal processo sobre os agentes envolvidos.

Como propõe Freire (1987, p. 68) “o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa”.

Assim, pode-se afirmar que a educação é entendida como troca e diálogo, o que garante que educador e educando retransmitam esses conhecimentos uns aos outros. Para Vasconcelos e Brito (2006, p. 94), a relação educador-educando:

Resulta da percepção de que a educação problematizadora contrapõe-se à realidade da educação tradicional, segundo a qual o educador é aquele que ensina e o educando é, simplesmente, aquele que aprende. Educando e educador estão ambos em posição de trocar conhecimentos, gerando um contexto de aprendizagem e ensino onde um ensinará ao outro aquilo que conhece. Entende-se que esta sistemática é capaz de criar um rico ambiente de aprendizagem, de debate e de reflexão.

Com isso, a escola tem seu espaço destinado à transmissão de saberes e ficam evidenciadas as possibilidades de vinculação entre a educação escolar e o mundo do trabalho.

Nas duas últimas décadas, a educação no Brasil passou por importantes mudanças. Até dezembro de 1996 o ensino fundamental esteve estruturado nos termos revistos pela Lei Federal n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, a qual, ao definir as diretrizes e bases da educação nacional, estabeleceu como objetivo geral, tanto para o ensino fundamental quanto para o ensino médio, proporcionar aos educandos a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.

Após estudos realizados pela Fundação Carlos Chagas durante os anos de 1995 e 1996, surge uma proposta inicial na qual, a partir de setecentos pareceres de diversos profissionais da área da educação, apontava-se a necessidade de uma implementação na proposta educacional baseada em estudos sobre a política nacional brasileira das últimas décadas.⁶

Alguns problemas apontados foram uma expansão das oportunidades de escolarização, mas os altos índices de repetência e evasão apontam problemas que evidenciam a grande insatisfação com o trabalho realizado pela escola. Assim, houve a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997, com objetivo de priorizar a qualidade do ensino e da aprendizagem nas escolas.

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal, a Educação é colocada nos seguintes termos:

A Educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

A Educação no ensino fundamental é uma política pública básica, ou seja, dela se pode dizer que é um direito de todos, ninguém na idade adequada pode ser privado desse direito.

De acordo com o artigo 1º da LDB (p. 4):

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996, p. 4).

Observamos que a própria LDB, quando se refere à Educação, vai além das perspectivas da Educação Escolar, apesar de centrar-se na mesma. A LDB reconhece que a Educação “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (artigo 1º § 2º).

⁶ Desse trabalho, os documentos originais puderam ser referidos, chegando-se, assim, à versão atual (BRASIL. MEC, 1999a).

O artigo 2º da LDB (p. 4) aponta com clareza as bases sobre as quais se devem assentar o desenvolvimento da pessoa, do cidadão e do trabalhador:

A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, p.4).

Nota-se que o artigo acima obedece ao artigo 205 da Constituição Federal, quando introduz os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade, com destaque para a liberdade e a solidariedade, o eixo central da concepção sustentadora da educação nacional. Nessa perspectiva, o grande desafio da educação consiste em definir como estruturar o processo pedagógico de modo consistente com esses valores que servem de eixo à concepção de educação adotada na Constituição e na LDB.

Segundo Costa (2000, p. 34), o trabalho da educação não pode estar reduzido apenas à transmissão de conhecimentos, habilidades e destrezas, é preciso que a Pedagogia seja entendida como a teoria que implique os fins e os meios da ação educativa.

Para se alcançar o ideal de educação, deve-se em primeira instância fazer uma reflexão sobre a concepção de homem que se quer formar. No decorrer do século XX, o mundo capitalista pautou-se por um ideal de homem autônomo, porém pouco solidário, enquanto alguns países socialistas cultivaram um homem solidário e pouco autônomo.

O desafio de construir um novo horizonte para a educação tem levado muitos educadores a se voltarem para a formação do homem autônomo e solidário, tirando proveito dos dois mundos: os ideais de liberdade do Ocidente e os ideais de solidariedade que inspiram o mundo socialista. Para nós quando se pensa qual o tipo de sociedade que se quer formar, a resposta vem imediatamente no artigo 3º da Constituição Federal, onde a solidariedade prevalece através de:

- a) Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- b) Garantir o desenvolvimento nacional;
- c) Erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir a desigualdade social e regional;

- d) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A educação tem que ser pautada nesses valores predeterminados na Constituição. Porém, não apenas valores transmitidos, mas vivenciados na prática educacional. São necessários educadores presentes na vida de nossos educandos de forma a ser uma ação transformadora, emancipadora e solidária.

Ao se pensar nesse tipo de educação, tem-se em mente algo novo de caráter diferenciado da educação escolar, em espaços variados, onde o educando passa a compreender ele próprio a construção do seu ser, ou seja, a realização de suas potencialidades no âmbito pessoal e social.

Diante dessa proposta de educação de Costa (2000, p.35), o educando passa a ser protagonista e não apenas um receptor passivo ou reprodutor de conhecimentos, ele passa a ser agente participativo no processo educativo, com os ideais de iniciativa, compromisso e liberdade.

Quando se deseja construir uma sociedade democrática e produtiva, é preciso que se ofereçam mecanismos formativos que permitam a crianças e jovens atuarem como cidadãos, que sejam capazes de converter problemas em oportunidades, e de organizar-se para defender seus interesses e solucionar problemas, através do diálogo, respeitando as regras, leis e normas estabelecidas. Crianças e jovens que sejam capazes de conviver com a diversidade sem confundir unidade com uniformidade. E, principalmente, capazes de fazer do nosso país um estado social de direito, isto é, contribuir para tornar os direitos humanos acessíveis para todos.

1.2 A Educação Profissional no Brasil

O objetivo aqui é contextualizar fatos para entender a trajetória da formação profissional, na qual as primeiras iniciativas de criação de ensino

profissional no Brasil revelam uma intenção assistencial, com direcionamento às classes economicamente desfavorecidas.

A primeira iniciativa foi a criação do Colégio das Fábricas no Rio de Janeiro, pelo Príncipe Regente D. João VI, em 1809, que, no entanto, já estava relacionada às necessidades emergentes da economia, pois ocorreu logo após a suspensão da proibição de funcionamento de indústrias manufatureiras em terras brasileiras.

Desde essa primeira ação do governo, passando pelas iniciativas do 2º Reinado com Dom Pedro 2º entre os anos de 1840 a 1889, o atendimento visava prioritariamente aos menores abandonados, uma vez que foram criadas associações civis, como os Liceus de Artes e Ofícios, para amparar crianças órfãs e abandonadas, oferecendo-lhes cursos de artes gráficas, marcenaria e ferraria, iniciando-as em ocupações industriais.

A partir de 1906, o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio assume uma política de desenvolvimento do ensino industrial, comercial e agrícola, quando então o presidente Nilo Peçanha assinou o decreto nº 7566 instituindo o ensino profissional.

Com isso, em vários estados, foram criadas 19 Escolas de Aprendizes Artífices destinadas aos pobres e humildes, com a função de formar mão de obra operária para o comércio, indústria e agricultura.

Também foram criadas escolas oficinas destinadas à formação de ferroviários para atender ao crescimento desse setor, dando-se início a um processo de mudança no perfil dos educandos das escolas técnicas.

Na década de 1920, a Câmara de Deputados debateu a expansão do ensino profissional, com proposta de sua extensão a todos e não apenas aos pobres e aos desafortunados (BRASIL, 2000, p.12).

O Serviço de Remodelagem do Ensino Profissional Técnico concluiu seus trabalhos na década seguinte, após a Revolução de 1930, propiciando a reforma que veio a ocorrer, e em resposta às indústrias que começavam a se formar e expandir e reclamavam por profissionais qualificados.

Um fato importante foi que a partir de 1942, foram instituídas, por decreto, as Leis Orgânicas da Educação Nacional. Foram criados o Ensino

Secundário, o Normal e o Ensino Industrial em 1942, o Ensino Comercial foi criado em 1943 e o Ensino Primário e o Ensino Agrícola em 1946. Ainda em 1942 o governo de Getúlio Vargas, através de um decreto lei estabeleceu o conceito de aprendiz para efeito da legislação profissional.

Com as Leis Orgânicas foram criados os serviços nacionais de aprendizagem, o Industrial - SENAI, em 1942, e o Comercial – SENAC, em 1946. Desse modo, houve transformação das escolas de aprendizes em escolas técnicas com ensino profissional, apesar de ainda estarem presas a uma tradição assistencialista e, por se tratarem de sistemas autônomos e isolados, em geral, impediam o trânsito dos estudantes aos níveis mais elevados de ensino.

Continuava clara a dicotomia, o Ensino Secundário e o Normal tinham por objetivo formar as elites condutoras do país, enquanto o objetivo do Ensino Profissional era oferecer a formação adequada aos trabalhadores, ou seja, aqueles que necessitam ingressar na força de trabalho.

Surge então a primeira LDB, com a qual, através da Lei nº 4024/61, foi possibilitada aos egressos do ensino profissional a continuidade nos estudos superiores, acabando com a dicotomia entre ensino para a elite e profissional para as classes operárias, equiparando a educação profissional

Outro fato que não pode deixar de ser citado ocorreu com a Lei nº. 5.692/1971, que reformulou a Lei 4.024/61 no tocante aos ensinos de primeiro e de segundo graus. Foi então, introduzida a profissionalização no ensino médio, denominado segundo grau.

As mudanças não interferiram nas entidades especializadas em educação profissional, mas interferiu no sistema público de ensino que não conseguiu oferecer um ensino profissional de qualidade compatível com as exigências de desenvolvimento do país, num universo cada vez mais globalizado e competitivo.

Essas mudanças trouxeram vários questionamentos: com a nova lei o 2º grau havia se transformado, da noite para o dia, em curso profissionalizante, tendo, portanto, o ensino de 2º grau em princípio, sentido terminal de formação.

Com tantas críticas acerca do ensino nesse período, foi promulgada a Lei nº. 7.044/1982, que acabou com a obrigatoriedade da profissionalização no

segundo grau, tornando-a facultativa, por um lado, tornou o ensino de segundo grau livre da profissionalização mas, por outro, praticamente restringiu a formação profissional às instituições especializadas nessa modalidade de ensino.

Com a Lei nº. 9.394/1996 houve a configuração do ensino médio como etapa final e de consolidação da educação básica, de aprimoramento do educando como pessoa, de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental para continuar aprendendo, e de preparação básica para o trabalho e a cidadania.

Paralelamente, está entre suas finalidades a de garantir a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina, e que além de conhecimentos técnicos deveriam apresentar alto grau de abstração, criatividade para resolver novos problemas e capacidade de trabalhar em equipe.

No artigo 35, o Capítulo II trata do ensino médio e mostra que uma das finalidades dessa etapa refere-se à preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando e para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamentos posteriores.

Já no artigo 39, a LDB dedica um capítulo especial, o Capítulo III do Título V, à educação profissional, concebendo-a como integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, para conduzir o educando ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Ao ensino médio cabe sempre que o estudante desenvolva não só competências básicas, necessárias a todos e a qualquer um, como também competências gerais e comuns para o trabalho e para a apreensão da realidade do mundo laboral, além de estar apto para efetuar uma escolha adequada de estudos posteriores.

Com um currículo que integra organicamente a base nacional comum e a parte diversificada, o ensino médio deve centrar seu foco na aquisição de formação geral e de competências básicas, contextualizadas nas ações produtivas e nas demais práticas sociais. Embora tenha o desafio de propiciar preparação básica para o trabalho, não lhe cabe, como regra, proporcionar a aquisição de habilidades profissionais específicas, objeto da educação profissional.

A educação profissional sempre pressupõe a educação básica como condição indispensável, quanto melhor a qualidade da educação básica maior será a possibilidade de êxito dos programas de educação profissional em todas as suas modalidades, da formação inicial à pós-graduação.

1.3 A Reforma da Educação Profissional

Com a política do governo Fernando Henrique Cardoso em 1996, houve uma revisão acerca dos custos de um educando inserido nas escolas técnicas e a oferta da educação profissional.

Os altos custos de aproximadamente cinco mil dólares por ano, segundo o governo e as normas dos bancos de financiamento internacional para a educação, eram elevados. Por sua vez, o educando não se dedicava à carreira baseada no curso técnico, pois optava por continuar seus estudos em uma universidade, dessa forma, o Decreto nº. 2.208/1997 trouxe a separação entre a educação profissional técnica e o ensino médio. (BRASIL, 1997).

O Decreto Federal nº. 2.208/97 regulamenta a educação profissional, que no Art. 3º, compreende os seguintes níveis:

I – Básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;

II– Técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;

III – Tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico. (BRASIL, 1997).

Consequências positivas se referem ao perfil do educando, que passou a ser mais vocacionado e diretamente interessado na profissionalização de mais idade e de mais baixa renda, configurando um foco mais social, voltado para os que necessitam trabalhar em profissões qualificadas, nas várias áreas profissionais, sem educação superior.

No governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2005, após inúmeras críticas, houve uma nova revisão na política da educação profissional ⁷, sob a vigência do Decreto nº. 5.154/2004. Neste decreto a educação profissional revogava o poder normativo da LDB 9.394/96 que previa a possibilidade do ensino técnico integrado e suspendia a proibição do ensino técnico integrado ao médio.

Assim afirmava-se que a educação profissional técnica de nível médio poderia ser realizada em três ou quatro anos com carga horária de no mínimo 3.000 horas, podendo ser desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, de educação profissional técnica de nível médio e de educação tecnológica de graduação e de pós-graduação;

No nível técnico a articulação com o ensino médio se dará por uma das seguintes formas: integrada, no mesmo estabelecimento de ensino, contando com matrícula única para cada educando; concomitante, no mesmo estabelecimento de ensino ou em instituições de ensino distintas, aproveitando as oportunidades educacionais disponíveis, ou mediante convênio de intercomplementaridade; e subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

Ao dar força à opção pela oferta de ensino médio e habilitação técnica num único curso, possibilitada pelo § 2º do art. 36 da LDB, o Decreto nº. 5.154 mantém as formas de curso técnico, concomitante e subsequente ao ensino médio acrescentando a possibilidade de escolas distintas articularem seus projetos pedagógicos. Assim, no âmbito de sua autonomia, a escola ou qualquer dos sistemas de ensino deve fazer a opção por uma ou outra das três formas, de acordo com o que seja mais adequado a suas propostas ou projetos político-pedagógicos.

Na forma integrada, a instituição de ensino deve “ampliar a carga horária total do curso, a fim de assegurar, simultaneamente, o cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas”, de acordo com o § 2º do art. 4º do Decreto nº. 5.154. Nesse sentido, cabe observar que:

⁷ Corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores. (Brasil, MEC, 2005, p. 2)

o desenvolvimento da articulação na forma integrada exige uma nova e atual concepção, não podendo e nem devendo significar uma volta simplista à forma da revogada Lei nº. 5.692/1971, que colocava componentes da educação profissional no lugar de componentes do ensino médio, empobrecendo o então ensino de segundo grau. (Brasil, 2004).

Deve-se manter a garantia ao ensino médio da sua missão, com a carga horária mínima de educação geral que propicie o cumprimento dos objetivos de uma etapa final e de consolidação da educação básica, que inclui a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, e os conhecimentos que possibilitem o prosseguimento de estudos, tanto no nível da educação superior quanto na educação profissional.

Uma importante iniciativa é a oportunidade de trabalhadores jovens e adultos retomarem seus estudos em cursos de ensino médio e de educação profissional, através da revogação do Decreto nº. 5.478/2005, que oferece cursos e programas, tanto para a formação inicial e continuada quanto para a educação profissional técnica de nível médio, integrados ao ensino médio que posteriormente foi ampliado pelo Decreto nº. 5.840/2006, para incluir outras instituições, como escolas municipais e estaduais, além das federais e a integração com o ensino fundamental, passando a denominar-se Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

O que se pretende é dar formação humana, saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade justa, e não apenas de qualificação para o trabalho.

1.4 Educação, Inclusão Digital e a Inserção no Mundo do Trabalho

O impacto da revolução digital tem modificado o ritmo e o olhar sobre o universo devido à velocidade das transformações e às mudanças constantes nos processos de produção e das formas de relação social. Tendo em vista este

pensamento, será discutido neste capítulo o papel das tecnologias da informação, seus benefícios e seus desafios.

Uma questão que se faz necessário fazer referência é em relação aos indivíduos que são excluídos das tecnologias essenciais, o que lhes acarreta dificuldades em se inserir no mundo do trabalho.

A situação de vulnerabilidade social e pessoal que afeta jovens de baixa renda torna premente a aplicação de processos de inclusão social que lhes promovam capacidade de aprendizado, criatividade e autodesenvolvimento.⁸

A qualificação profissional assume na vida do jovem grande relevância, pois dá sentido na transição para o mundo do trabalho, dessa forma, ele se alimenta de um desejo muito grande para ingressar em um programa que o ajude a concretizar seu sonho.

Além de serem considerados uma via de acesso para o primeiro emprego, os programas de qualificação profissional visa melhorar a vida da família, que na sua maioria são famílias de baixa renda.

Considerando a importância das tecnologias de informação e comunicação na sociedade contemporânea, é senso comum que os programas de capacitação profissional contribuem para a formação dos jovens inseridos em projetos sociais.

Para Ribeiro (2001, p. 193):

As zonas de interseção e interdependência entre a educação formal e a não formal tornam-se mais visíveis não só no que se refere à qualificação profissional, mas também com relação a outros âmbitos de vivência que sofrem impactos da modernização, como lazer, a cultura, o convívio familiar e comunitário.

Esses programas, em geral, despertam significativamente o interesse do público-alvo, por abrir-lhe uma janela de oportunidades.

⁸ Segundo os dados de 2007 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE, dos 50,2 milhões de jovens 30,6% podem ser considerados pobres, pois vivem em famílias com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo. Apenas 15,7% são oriundos de famílias com renda domiciliar per capita superior a dois SMs e aproximadamente 53,7% pertencem ao extrato intermediário, com renda domiciliar per capita entre meio e dois SMs.

Segundo Delors (2005, p. 91), “cada um aprende a compreender o mundo que o rodeia, pelo menos na medida em que isso lhe é necessário para viver dignamente, para desenvolver as suas capacidades profissionais”.

A aquisição de habilidades para buscar informações na internet, organizar ideias em um arquivo de texto, transmitir e receber mensagens, ou ainda para editar uma foto, um áudio ou um vídeo, é relevante para o desenvolvimento cognitivo do jovem. Um aspecto importante é o destaque que devemos dar para as tecnologias em relação à preparação dos jovens para o trabalho.

Para Lèvy (1993, p. 160), o uso das tecnologias⁹,

(...) desempenham um papel fundamental nos processos cognitivos, mesmo nos mais cotidianos; para perceber isto, basta pensar no lugar ocupado pela escrita nas sociedades desenvolvidas contemporâneas. Estas tecnologias estruturam profundamente nosso uso das faculdades de percepção, de manipulação e de imaginação.

Para que esse desenvolvimento aconteça, segundo Valente (1999, p. 21), deve-se ter muito claro o que é importante do ponto de vista pedagógico e como tirar proveito da tecnologia para se atingir tal objetivo.

Ainda para Valente (1999, p. 27):

O professor e os alunos devem ter autonomia e responsabilidade para decidir o como e o que deve ser tratado nas aulas. O aluno deve ser crítico, saber usar a constante reflexão e depuração, para atingir níveis cada vez mais sofisticados de ações e idéias e ser capaz de trabalhar em equipe e desenvolver, ao longo de sua formação, uma rede de pessoas e especialistas que o auxiliem no tratamento dos problemas complexos.

O educador deve trabalhar com uma proposta de promover práticas educativas voltadas para a inserção de diferentes recursos de ensino capazes de auxiliar a construção do conhecimento do educando, possibilitando uma transformação no processo evolutivo das ferramentas tecnológicas.

Ainda segundo Valente (1999, p. 29):

[...] caberá ao professor saber desempenhar um papel de desafiador, mantendo vivo o interesse do aluno, e incentivando relações sociais, de modo que os alunos possam aprender uns com os outros e saber como trabalhar em grupo. Além disso, o professor deverá servir como modelo de

⁹ Segundo Levy (1993), as tecnologias compreendem TV, vídeo e computador que são vistas como fator preponderante na preparação de jovens para o trabalho.

aprendiz e ter um profundo conhecimento dos pressupostos teóricos que embasam os processos de construção de conhecimento e das tecnologias que podem facilitar esses processos.

Assim, para o educador é - e sempre será - um trabalho de que o conhecimento se dá por meio de processos através do ato de educar para os novos tempos, tendo em vista a alta velocidade da geração tecnológica.

As pesquisas revelam que a falta de qualificação profissional dos jovens é um dos componentes responsáveis pela geração de desemprego, portanto, eles passam a ser vulneráveis e a serem vítimas da exclusão do trabalho, uma vez que não estão capacitados para o mundo.

Essa realidade existe porque muitos jovens que não tiveram acesso ou continuidade nos estudos do ensino fundamental e médio na idade própria se deparam com um cenário altamente competitivo e exigente quanto às capacidades requeridas. As transformações tecnológicas e a globalização da economia exigem um profissional multiqualificado e de empregabilidade multifacetada.¹⁰

Cabe então ao educador, através do espaço educativo, socializar informações sobre a importância do uso do computador como nova ferramenta didática, nos processos de ensino e aprendizagem e no desenvolvimento da autonomia do educando.

Refletindo sobre a necessidade de mudanças profundas na educação contemporânea, no que diz respeito ao impacto das novas tecnologias, Sancho (1998, p.37) destaca:

[...] mudar é sempre um desafio. A tecnologia é considerada um elemento diferenciador no processo individual de aprendizagem. É uma mudança que vai ocorrendo no aluno de forma desafiadora, gradual, prazerosa e gratificante. O uso do computador e da internet vai atuando como estímulo permanente à busca do conhecimento, somada à cooperação entre os usuários envolvendo discussão, confrontos de pontos de vista, resolução de problemas de forma colaborativa, tomadas de decisão, proporcionando um aprendizado interativo.

¹⁰ Segundo o dicionário, a palavra Multifacetado adj (multi-facetado) Que apresenta muitas facetas; multiface; que possui características variadas e peculiares.

A educação de hoje, em pleno século XXI, requer dos nossos educadores o domínio instrumental dos recursos tecnológicos com muito mais intensidade do que se exigia o correspondente domínio do uso do quadro de giz. É preciso transformar a sala de aula em um ambiente com meios que proporcionem aos educandos o encaminhamento de uma aprendizagem voltada para a vida e para o mundo do trabalho.

Com isso, o mundo do trabalho busca por profissionais que pensem, leiam e opinem, rompendo barreiras e descobrindo seu potencial através da tecnologia da informação. O mundo do trabalho necessita de pessoas que tenham transformações comportamentais, que argumentem e que encarem, cada vez mais, máquinas mais complexas e sofisticadas, que demandam informação e conhecimento sem limites, muito além de um simples apertar de teclas.

É no ato de aprender que o educando poderá aprimorar suas idéias e habilidades. Segundo Valente (1999, p. 30), o educando:

[...] deve ser ativo, sair da passividade de quem só recebe, para se tornar ativo caçador da informação, de problemas para resolver e de assuntos para pesquisas. Isso implica ser capaz de assumir responsabilidades, tomar decisões e buscar soluções para problemas complexos que não foram pensados anteriormente e não foram atacados de forma fragmentada.

Ainda para Valente (1999, p. 30):

[...] finalmente, ele deve desenvolver habilidades como ter autonomia, saber pensar, criar, aprender a aprender de modo que possa continuar o aprimoramento de suas idéias e ações, sem estar vinculado a um sistema educacional. Ele deve ter claro que aprender é fundamental para sobreviver na sociedade do conhecimento.

Com todas essas exigências das empresas, o jovem encontra-se frente a um enorme desafio, a busca pelo primeiro emprego quando ele tem a seu favor todo o conhecimento adquirido através dos serviços e programas, mas, por outro lado, não pode perder muito tempo, pois sua inexperiência e a rapidez da evolução tecnológica são pontos negativos a seu favor, já que podem deixá-lo desatualizado em pouco tempo, prejudicando seu ingresso no mundo do trabalho exigente e competitivo.

Os serviços de qualificação profissional passam a ocupar cada vez mais espaço na vida dos jovens, uma vez que o mundo do trabalho passa a exigir atualização constante dos conhecimentos

Nos países de Primeiro Mundo a qualificação profissional está mais próxima da realidade, visto que a educação básica e abertura de oportunidades de formação ao longo da vida são muito mais acessíveis para a população. No Brasil sabemos que essa realidade é um pouco diferente devido à desigualdade na distribuição de oportunidades educativas, a começar pelo ensino básico.

Para Ribeiro (2001, p. 195):

Esse fenômeno ocorre porque, em muitos casos, a possibilidade de aproveitar oportunidades da educação continuada depende de que se tenha tido acesso a uma educação básica de qualidade, que garanta a aquisição da leitura e da escrita e outras habilidades, interesses, atitudes e valores que permitirão à pessoa seguir aprendendo em diferentes contextos.

A autora cita o caso do Brasil como um bom exemplo, pois existem desigualdades muito grandes na área educacional.

Para Ribeiro (2001, p. 195):

Nós ainda temos 14 milhões de analfabetos acima de 15 anos, temos ainda 44,6% das crianças de 4 a 6 anos excluídas do acesso à educação infantil, e temos ainda 8,6% das crianças de 7 a 9 anos e 0,5% das crianças de 10 a 14 anos fora da escola.

Através de políticas nacionais, é necessário que se façam programas que proporcionem uma boa escolarização básica, que através da inclusão atinja os grupos menos favorecidos, dando-lhes educação básica como leitura e escrita. Com isso, é possível que os programas de qualificação profissional atinjam seus objetivos de capacitar e dar aprendizagem permanente aos jovens.

2 PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FRENTE AO MUNDO DO TRABALHO

2.1 Terceiro Setor: Trabalho Social

A desigualdade social intensificada nas últimas décadas pela constante globalização deixa cada vez mais clara a má distribuição de renda, principalmente nos países de terceiro mundo. O Estado, que por sua vez deveria exercer o papel de mediador entre as classes sociais, se mostra ineficaz para promover justiça social.

Diante dos problemas relacionados com a má distribuição de renda entre as classes sociais, surgem as organizações privadas e não governamentais, que por sua vez não estão vinculadas ao poder público, mas acabam, de certa forma, exercendo papéis que caberiam ao Estado, ou seja, o de atender às necessidades da sociedade em relação a causas e problemas sociais.

Esse movimento surge no Brasil na década de 1950, tendo sua base ligada diretamente à igreja e seus missionários. Ainda hoje, há um grande desafio das instituições no que se diz respeito a estabelecer relações de diálogo entre os setores governamentais e empresariais.

Dessa forma, o Estado começa aos poucos a reconhecer as organizações como parceiras das políticas governamentais, admitindo que as mesmas possuam experiências no que se refere a formas inovadoras para enfrentar as questões sociais. O crescimento do terceiro setor ainda é recente no Brasil, porém tem sido visto como a solução para vários problemas sociais vivenciados pela sociedade e pelo Estado.

A terminologia terceiro setor, com um significado de cunho sociológico, aplica-se a todas as iniciativas privadas de utilidade pública e tem origem na sociedade civil.

O terceiro setor surgiu a partir da liberação de espaço pelo Estado ao setor privado para realizar algumas tarefas e atividade que seria própria de cunho estatal.

Segundo Ramos (2003, p. 03):

[...] as funções destinadas ao atendimento das pessoas carentes, no setor da saúde, educação, cultura e assistência, foram de certa forma terceirizadas para os setores privados. Porém, como a demanda era muito grande, o setor privado não deu conta totalmente de ocupar o papel do estado, tendo assim, que mobilizar-se para o surgimento de outros movimentos e serviços, os quais pudessem dividir e atender às necessidades falhas dentro do setor público. Isto propiciou a emergência de um número substancial de organizações que passaram a atender à demanda por estes bens e serviços que o Estado não mais produzia, porém sem a preocupação de obter lucro. Este setor já existia anteriormente, mas a guinada liberal dos Estados a partir da década de 1990 fez com que seu crescimento se materializasse.

Observamos, a partir da década de 1990, o grande avanço e crescimentos desses serviços já existentes que, sem obter lucros, buscavam cada vez mais melhorar seus recursos para preencher as lacunas deixadas pela insuficiência do Estado em atender às necessidades sociais.

Para Afonso (2001, p. 17):

[...] o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, representa a verdadeira revolução nas questões da criança. Mas existe um abismo profundo entre as normas e a dura realidade da infância brasileira. Dá-se o retorno da responsabilidade para o nível municipal e para a sociedade civil através de instituições confessionais e não-governamentais.

Dentro das organizações do terceiro setor estão: ONGs (Organizações Não Governamentais), entidades filantrópicas, OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), instituições sem fins lucrativos e outras formas de associações civis sem fins lucrativos.

É necessário entender claramente que o terceiro setor não vem a ser um órgão público e nem privado, pode-se dizer que foi uma junção, uma parceria com o objetivo maior de atender às necessidades básicas que o Estado não dá conta, oferecendo assim, melhores condições e qualidade de vida para a população.

É também importante destacar que as instituições não são lucrativas, mas são bastante rentáveis a inúmeras empresas que se especializaram em atividades voltadas à promoção de ações solidárias: são canais de televisão, agências de marketing, agências de telemarketing e outras. Mesmo assim, há que se considerar a existência de instituições com propósitos sérios e que realmente estão buscando a superação das contradições produzidas pelo capitalismo e

vivenciadas por pelo menos trinta por cento da população que se manifesta na forma de pobreza absoluta.

Assim, para Simson, Park e Fernandes (2001, p. 18):

[...] encaramos as práticas da educação não formal como passíveis de serem aplicadas a todos os grupos etários, de todas as classes sociais e em contextos socioculturais diversos, gerando oportunidades de crescimento individual e grupal pela participação em processos de transformação social engendrados por tais experiências educativas.

O Centro Social Marista Irmão Acácio tem como compromisso propiciar aos jovens a compreensão da realidade e das dificuldades que encontrará pela frente no mundo exterior. É um espaço democrático que desenvolve a cidadania, a participação e reflexão coletiva sobre o seu papel junto à comunidade.

Para Vecchi (2001, p. 81),

Colocar-se a serviço dos que são menos favorecidos é uma coisa muito concreta que se pode fazer. Neste momento a instituições, grupos de voluntariado, iniciativas públicas do terceiro setor e dos privados, que se dedicam à gente pobre ou marginalizada.

Dessa forma, o Centro Social Marista Irmão Acácio tem como finalidade proporcionar aos jovens a ampliação e o aprofundamento da compreensão das condições de sua existência, reconhecendo suas potencialidades e possibilidades de desenvolvimento como ser livre, responsável, autônomo, solidário, criativo e produtivo, construindo assim, uma cultura da cidadania logo na adolescência, levando como experiência de compromisso consigo, com o outro e com a sociedade.

Com isso, preocupa-se em oferecer um ensino voltado ao protagonismo juvenil com a formação de cidadãos envolvendo a formação politécnica tendo como parâmetro os aspectos: pessoal, social, afetivo, cultural e cognitivo propiciando aos jovens elementos para uma postura crítica e propositiva nos contextos da comunidade, família, escola, igreja, dos meios de comunicação, do mundo do trabalho, e dos espaços sociais de entretenimento de cultura e lazer.

Incorpora a tecnologia em seus princípios educacionais, pois sua correta utilização pode transformar-se em um princípio pedagógico capaz de

dinamizar a ação, a interatividade, a produtividade e o prazer do jovem frente ao processo de aquisição do conhecimento.

Para Valente (1999, p. 29),

[...] o professor deverá servir como modelo de aprendiz e ter um profundo conhecimento dos pressupostos teóricos que embasam os processos de construção de conhecimento e das tecnologias que podem facilitar esses processos.

O uso da tecnologia, assim como a garantia de acesso do adolescente a esse instrumento, vem ao encontro da ideia de que um ensino eficiente deve estar socialmente contextualizado e vinculado ao processo produtivo.

O desenvolvimento das atividades com uso da tecnologia será descrito no subitem 2.4 – Laboratório de Informática.

2.2 Protagonismo Juvenil: Interferências no Mundo do Trabalho

Na década de 90 percebemos grandes trabalhos sendo realizados por ONGs e Movimentos Sociais, e desde então ouve-se um discurso sobre o protagonismo Juvenil, prática essa nomeada de um trabalho voluntário com o objetivo voltado à valorização da cidadania, da educação e da solidariedade.

A definição de protagonismo origina do termo grego “*protagonistés*” – que significa o principal lutador, que combate na primeira fila -, do qual derivou o termo francês “*protagoniste*” - que significa o personagem principal, aquele que ocupa o primeiro lugar.

Nos dias de hoje quando se ouve falar sobre o protagonismo, pensa-se logo em sua ligação com o espaço público, portanto, de política, porém de um espaço público transformado em cenário, em que os atores sociais protagonizam o processo de reconstrução da prática social.

Segundo Costa (2000, p. 23), o jovem protagonista pode ser lembrado como o ator principal dentro de um cenário público, diante disso podemos entendê-lo como participante de um tipo de ação política.

Uma das principais preocupações da sociedade em relação à juventude é quando esta entra em situação de vulnerabilidade social e em situação de risco, existe, portanto, uma ameaça à juventude devido à adesão desse público às drogas e à violência. Por isso, o discurso de protagonismo é participação, como um meio significativo de evitar o descontrole e assegurar a igualdade social.

Em tempos de globalização, em que as decisões voltadas para a sociedade e seus membros são tomadas em níveis fora do alcance da população, a sociedade contemporânea tem concretas razões para crer que não há possibilidade de mudança no atual estado por meio da política.

De acordo com a última pesquisa do censo IBGE, o Brasil é um País de jovens e jovens, Em todo o território nacional são 32 milhões de garotos e garotas com idades de 10 a 19 anos, o que representa 20% da população brasileira.

Constata-se que o governo federal, os 27 estados e os 5.500 municípios - bem como a sociedade brasileira como um todo - ainda não sabem como lidar com esse contingente de jovens. Faltam políticas públicas para essa faixa etária, seja no que se refere às áreas de saúde e educação, seja no que se refere aos caminhos para a participação dos jovens no mundo atual. Ainda é pequeno o acesso à educação, apenas 33% dos jovens de 15 a 19 anos frequentam o ensino médio. Existem ações isoladas, mas ainda não há políticas de atendimento integral aos jovens.

A política nacional e local curva-se apenas à economia e às pressões do mercado, o que a desqualifica e a anula.

É necessário criar alternativas que promovam a participação dos jovens, para que eles sejam capazes de identificar, incorporar e vivenciar valores, como a solidariedade social, a realização pessoal, a capacidade crítica, a consciência de seus direitos e deveres, a autoestima, respeito e a felicidade.

O protagonismo juvenil propõe mudança, está intimamente ligado com a preparação do jovem para a cidadania.

Quando pensamos em jovens, logo nos vem em mente algo relacionado com conflitos e problemas. Com a colaboração da família, Estado e sociedade podemos mudar essa realidade, passamos a enxergar o jovem não como

um problema, mas, sim, como solução para suas próprias questões e para as questões sociais.

Um excelente trabalho que pode ser feito é criar práticas e vivência, criar oportunidades nas quais, com liberdade, o jovem passa a tomar iniciativas de ação e, com responsabilidade e autonomia, envolver-se no enfrentamento e encaminhamentos de problemas reais.

Para Vasconcelos e Brito (2006, p. 49), é um processo gradativo de amadurecimento, que ocorre durante toda a vida, proporcionando a capacidade de decidir e, ao mesmo tempo, de arcar com as consequências dessa decisão, assumindo, portanto, responsabilidades.

O cerne do protagonismo juvenil é a participação ativa e construtiva dos jovens na vida escolar, comunitária e social.

De acordo com o discurso de Costa (2000, p. 24), nem toda participação é protagonismo. Existem várias formas de participação que acabam por negar protagonismo. São aquelas manipuladas, simbólicas e decorativas, essas são formas de não participação.

A participação para o jovem é sinônimo de autonomia, autoconfiança e autodeterminação numa fase da vida em que ele está experimentando e se empenhando em construir a sua identidade pessoal e social.

Para Costa (2001, p.26):

A proposta de protagonismo juvenil [...] pressupõe um novo modelo de relacionamento do mundo adulto com as novas gerações. Esse relacionamento baseia-se na não imposição a priori aos jovens de um ideário em função do qual eles devam atuar no contexto social. Ao contrário, a partir das regras básicas do convívio democrático, o jovem vai atuar, para, em algum momento de seu futuro, posicionar-se politicamente de forma mais amadurecida e lúcida, com base não só em idéias, mas, principalmente, em suas experiências práticas e vivências concretas em face da realidade.

A participação se torna natural quando se desenvolve em ambiente democrático, pois a participação sem democracia é manipulação e, ao invés de contribuir para o desenvolvimento pessoal e social do jovem, prejudica a sua formação, principalmente quando se tem o objetivo de formar o jovem autônomo, solidário e competente.

Assim, para Afonso (2001, p. 35):

[...] o fato de o campo da educação não escolar (informal ou não formal) ser hoje disputado por diferentes racionalidades políticas e pedagógicas, exigindo por isso, dos educadores e investigadores socialmente comprometidos, uma vigilância epistemológica redobrada, para que aqueles que a esse campo referenciam as suas práticas e reflexões possam ajudar a constituí-lo e a consolidá-lo como lugar de referência de uma educação crítica e emancipatória, tão importante, urgente e necessária como a melhor educação escolar.

O protagonismo pode se desenvolver de forma objetiva a partir de ações, com as quais o educador ensina através do ato de conhecer e provocar nos educandos a curiosidade com o ato de conhecimento.

É essencial que o educador sinta-se parte da proposta do protagonismo num compromisso de natureza ética de respeito às responsabilidades e limitações próprias da condição peculiar de desenvolvimento dos educandos.

Costa (2000, p. 38) reafirma que, além desse compromisso ético, o educador deve criar um vínculo da ação educativa com a democracia, solidariedade e participação. É antieducativo mobilizar os jovens por causas que não sejam democráticas. O ideal do protagonismo juvenil é elevar os níveis de participação democrática da população.

As etapas das ações do protagonismo são:

- Iniciativa de ação;
- Planejamento de ação;
- Execução da ação;
- Avaliação;
- Apropriação dos resultados.

Diante dessas etapas, cabe ao educador evitar algumas atitudes como:

- Privar os educandos da participação na decisão da ação a ser realizada;
- Tentar manipular os educandos com decisões já tomadas;

- Depois de ouvir a opinião do grupo, resolver e tomar decisões sozinho sobre o assunto em pauta;
- Deixar tudo para o grupo resolver, sem fazer nenhuma mediação.

Essa relação dialógica educador-educando, segundo Vasconcelos e Brito (2006, p. 165), estabelece a ponte entre o ensinar e o aprender, porém só ocorre quando o pensamento crítico do educador não anula a capacidade de pensar criticamente do educando.

Nesse contexto, a práxis se torna um movimento fundamental na medida em que novos conteúdos de natureza teórica e prática vão compor as experiências do jovem, mediadas por educadores comprometidos com o aperfeiçoamento da humanidade já trazida pelos jovens.

Para Kosik (1976, p.202):

A práxis na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não-humana, a realidade na sua totalidade).

Assim, devemos supor que um trabalho com o protagonismo juvenil deve romper com a alienação juvenil imposta pelo capitalismo, instrumentando o jovem para a consciência para si. Ter a consciência para si, portanto, é empreender ações que partem de um propósito de reversão do *status quo* para a superação das contradições geradas no movimento do capitalismo. Sendo assim, a consciência para si supõe rupturas que só podem acontecer a partir de um movimento que leve conhecimento a todos. Sem acesso ao conhecimento é impossível sair da condição de classe em si para a condição de classe para si.

A educação não formal contribui no sentido de promover a consciência para si, tirando os jovens do estado de alienação por meio da ação (trabalho) que se dá na coletividade.

2.3 O Mundo do Trabalho e suas Exigências

Um desafio muito grande que o jovem encontra no campo do trabalho é o primeiro emprego. O avanço tecnológico, cada vez mais acelerado, aliado à globalização tem causado grandes efeitos na empregabilidade, e se por um lado contribui para abertura de novos campos de trabalho e criação de novas vagas de emprego, por outro lado o efeito é contrário e ameaçador, pois se antes, para a realização de um trabalho, havia a necessidade de milhares de pessoas para a mão de obra, hoje, o mesmo trabalho pode ser desenvolvido com apenas centenas ou até mesmo dezenas de pessoas.

Isso porque a tecnologia também está sendo incorporada na prestação de serviços que muitas vezes absorve grande parte da mão de obra excedente.

Muitas vezes, as empresas passam a assumir tarefas de qualificação profissional aos seus colaboradores, visto que, no ritmo que as mudanças tecnológicas vêm ocorrendo, por várias vezes as escolas não conseguem em tempo hábil proporcionar a formação para o profissional, dando-lhes os novos conhecimentos necessários para operar ferramentas ou máquinas com recursos de última geração.

Por outro lado, as empresas esperam que as escolas garantam a formação e a aquisição de habilidades e ofertem trabalhadores aptos a desempenhar funções de maneira autônoma.

A introdução das tecnologias aliada ao crescente processo produtivo exige um novo trabalhador, polivalente em seu processo de trabalho, que supere o antigo operador de máquina que ficava apenas apertando um botão. Este trabalhador hoje necessita ter habilidade de pensar e resolver problemas em diversas funções, sendo assim capaz de se adequar às novas exigências.

Para Duarte Júnior (1991, p. 33):

[...] falta às pessoas uma visão cultural do todo em que vivem. Cada um possui conhecimentos parciais, desconexos, sem uma visão de mundo que os integrem num todo significativo. Hoje um homem pode trabalhar numa fábrica de armas, ser membro de uma sociedade de defesa da ecologia, ir a teatros e ser um defensor intransigente da censura, como se tais atividades não fossem contraditórias entre si.

Ainda segundo a qualificação do homem para o mundo moderno, para Leite (1994, p. 11):

[...] emerge nesse processo um perfil e novo conceito de qualificação, que vai do simples domínio de habilidades motoras e disposição para cumprir ordens, incluída também ampla formação geral e sólida base tecnológica. Não basta mais que o trabalhador saiba 'fazer'; é preciso também 'conhecer' e, acima de tudo, 'saber aprender'. O novo perfil valoriza traços como participação, iniciativa, raciocínio lógico e discernimento. Da perspectiva da empresa, não basta mais contar com o típico 'operário padrão', pronto a 'vestir sua camisa' e suar por ela. É preciso, antes de tudo, garantir o trabalhador competente capaz de pensar com a cabeça da empresa. Como contrapartida, as empresas dão mostras de assumir responsabilidade crescente no processo de qualificação, abrindo, em paralelo, novo espaço para obtenção de melhorias concretas em condições de trabalho.

Segundo a exigência do mundo do trabalho, segundo Mattoso (1995, p. 76):

[...] não se inserindo de forma competitiva, embora funcional, no novo paradigma tecnológico, torna-se desempregada, marginalizada ou trabalha sob novas formas de trabalho e de qualificação, em relações muitas vezes precárias e não padronizadas.

O mundo do trabalho está mais seletivo, ou seja, exige trabalhadores cada vez mais qualificados, tendo como exigência a experiência na função que se deseja ocupar e escolaridade com nível elevado, o que leva os jovens com baixa escolaridade a serem excluídos de participar dos processos seletivos.

Desta forma, milhares de pessoas acabam ficando desempregadas, muitas vezes por despreparo em relação às habilidades e conhecimentos que as novas funções exigem.

Ainda segundo Mattoso (1995, p. 84), "são mais duramente atingidos pelo desemprego os jovens, os trabalhadores mais idosos ou aqueles com menor qualificação".

Com isso, jovens com baixo nível de escolaridade ou sem preparo técnico ou profissional são excluídos dos cargos qualificados que exigem uma modernização produtiva, assim, passam a fazer parte de cargos que oferecem condições precárias de trabalho ou muitas vezes sem vínculo empregatício legal.

Os resultados indicam uma tendência global da necessidade de elevação da qualificação média do trabalhador para torná-lo empregável nesse contexto tecnológico.

Uma dessas vertentes são os cursos de preparação profissional, que proporcionam aos jovens melhor capacitação frente às exigências do trabalho, o que será detalhado no próximo capítulo.

2.4 A Educação Não Formal e sua Práxis: o Centro Social Marista

A educação não formal retrata um movimento surgido a partir dos movimentos sociais que, em sua luta por criar espaços públicos não controlados pelo Estado, vão buscar também uma formação para as novas gerações que atenda às necessidades específicas dos grupos envolvidos.

Considera-se necessário, antes da fundamentação deste tema, conceituar este objeto de estudo, ou seja, a educação não formal, lembrando que o recorte mais preciso, apresentado neste trabalho, está relacionado ao protagonismo juvenil.

Gohn (2005a, p. 98), uma das maiores estudiosas brasileiras sobre o assunto, define educação não formal como:

[...] forma de ensino-aprendizagem adquirida ao longo da vida dos cidadãos; pela leitura, interpretação e assimilação dos fatos, eventos e acontecimentos que os indivíduos fazem de forma isolada ou em contato com grupos e organizações.[...] um processo com quatro dimensões. O primeiro envolve a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos [...].Segundo: capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e ou desenvolvimento de potencialidades. O terceiro, aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos. [...] O quarto, e não menos importante, é a aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar em formas e espaços diferenciados.

Para Afonso (1989, p. 78) educação não formal é definida como:

Por educação formal entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada seqüência e proporcionada pelas escolas enquanto que educação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado. Por último, a educação não-formal, embora obedeça também a uma estrutura e uma organização (distintas, porém, da escola) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita a não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto.

Nesta análise a intenção é privilegiar a teoria materialista histórico-dialética como interlocutora da investigação a que este trabalho se propôs. Tal teoria parte do pressuposto de que, por meio do trabalho, o homem transforma a natureza para satisfazer suas necessidades.

Neste processo transformador, estabelece relações, transforma a natureza e constrói-se a si mesmo (MARX, 1983). Sendo assim, a ação transformadora está na ontologia do próprio homem e se dá, segundo Marx, na coletividade.

Esta premissa está presente na educação não formal na medida em que esta assume um caráter transformador e coletivo.

Ainda, dentro da mesma linha teórica, será desenvolvido trabalho com a categoria práxis para conceituar e analisar o processo de construção do protagonismo juvenil em um espaço de educação não formal.

Ao se fazer uma análise no que diz respeito à educação não formal, observa-se que até a década de 1980 essa modalidade de educação não tinha tanta importância para educadores e muito menos nas políticas públicas.

As preocupações sempre se voltaram para a educação formal, aquela que acontece num espaço escolar, embora houvesse algum debate sobre a educação não formal, esta era incipiente, pois a ideia que se tinha era apenas de reforço escolar e complementação escolar.

Segundo Gohn (2005a), em meados da década de 1990, decorrente das mudanças sociais, da economia e do trabalho, a educação não formal teve uma grande evolução, passou a valorizar os trabalhos em grupos, dando grande importância aos valores culturais que articulam as ações dos indivíduos. Passou-se

a falar de uma nova cultura organizacional, sendo necessário o fomento de novas habilidades e competências extraescolares.

Relato da mesma autora mostra que o avanço na educação não formal não foi decorrente apenas das mudanças econômicas, mas também das ações de agências de organismos internacionais como a ONU (Organização das Nações Unidas) e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). Estudiosos da educação também têm contribuído para a formulação de um novo campo para a educação não formal. Neste sentido, Gohn (2005b, p.95) explica que:

[...] assim, a conferência realizada em 1990, na Tailândia, elaborou dois documentos denominados “Declaração mundial sobre educação para todos” e “Plano de ação para satisfazer necessidades básicas da aprendizagem” onde, à luz das condições particulares da América Latina e das experiências de ONGs em programas de educação na região, um quadro de novas possibilidades de trabalho foi delineada a área da educação. A partir da definição de necessidades básicas da aprendizagem, vistas como “ferramentas essenciais para a aprendizagem” e de seus novos “conteúdos básicos”, abrangendo, além dos conteúdos teóricos e práticos, valores e atitudes para viver e sobreviver, e a desenvolver a capacidade humana, os documentos da conferência ampliam o campo da educação para outras dimensões além da escola.

O documento preconiza a necessidade de mudanças no âmbito da educação, não no que diz respeito a conteúdos escolares, mas no sentido de promover a socialização, participação comunitária e familiar, voltados para programas que visam à profissionalização, inserção social, objetivando a responsabilidade social e ambiental, de uma forma que busque resgates de valores e valorização culturais.

Segundo Ramos (2002, p.34),

A formação para o trabalho passa a significar formação profissional. [...] um trabalhador desqualificado poderia vir a ser qualificado para desempenhar determinadas funções requeridas pelo posto de trabalho por meio de cursos de formação profissional.

Para Brandão (2000), a educação é um processo que ocorre gradativamente na vida do sujeito, ou seja, durante toda a vida o indivíduo está em constante processo de reflexão e aprendizado, levando em consideração que a

aquisição do conhecimento não acontece somente no espaço escolar, mas em qualquer lugar onde este esteja inserido.

Nesta perspectiva, vale ressaltar um outro conceito relacionado à educação, o da cultura que está inserida na vida do sujeito como forma de conduzir a construção de sua própria história, em seu tempo e espaço, e a seu modo. Esta cultura está em constante movimento e ao mesmo tempo está amarrada a valores que são transmitidos de geração em geração. Tal cultura nem sempre está presente na escola, mas, sim, disseminada na prática social do sujeito.

Segundo Gohn (2005a), os espaços de educação não formal são constituídos como espaços socioeducativos, pela ação comunitária, ONGs, movimentos sociais e políticos e como espaços de ações culturais.

O diferencial da educação não formal é que esta pode assumir um compromisso mais efetivo com as classes menos favorecidas. Ela se preocupa com a real promoção da cidadania, buscando em seus espaços e em suas atividades levar os indivíduos a refletirem sobre a sua própria vida e sua ação na sociedade na qual está inserido. Nestes espaços, dentro dessa abordagem, são proporcionadas aos indivíduos uma reflexão e a aquisição dos conhecimentos relativos aos seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Este caráter de certa liberdade deve-se ao fato de não estar submetida ao Estado como a educação formal.

Para Gramsci (1976, p. 30):

O Estado socialista já existe em potência nas instituições da vida social característica da classe trabalhadora explorada. Interligar estas instituições, coordená-las e subordiná-las numa hierarquia de competências e poderes altamente centralizados, respeitando, porém, as indispensáveis autonomias e articulações, significa criar aqui e agora uma verdadeira e representativa democracia operária, eficaz e efetivamente oposta ao Estado burguês, e já preparada para o substituir em todas as suas funções essenciais de gestão e controle do patrimônio nacional.

O serviço de educação não formal relaciona-se às características e contexto histórico do público-alvo. Dentro de uma perspectiva participativa e democrática, consideramos que o espaço de educação não formal contribui para a igualdade social, desenvolvimento pessoal, e favorecimento a uma melhoria da qualidade de vida.

Além de ser um espaço de construção do conhecimento e cidadania, a educação não formal, se conduzida por educadores críticos e comprometidos, pode ser um espaço transformador, onde o indivíduo, além de adquirir conhecimentos, é levado a transformá-los em prática, em ação; é quando então este indivíduo passa a ser sujeito, protagonista de sua ação transformadora.

Uma das principais características da educação não formal, segundo Gohn (2005a), é que a aprendizagem se dá de uma forma diferenciada em relação ao espaço escolar, ou em outras palavras, a aprendizagem se dá por meio da prática social.

O Centro Social Marista Irmão Acácio é um espaço de educação não formal voltado para o atendimento de crianças e jovens em período contraturno ao que freqüentam na escola regular, assim, oferece opções como linguagens artísticas, culturais e cursos profissionalizantes para a comunidade local.

Para Garcia (2001, p. 153):

[...] fica claro que não há como pensar a educação não formal desconsiderando a comunidade, pois não há como propor que as pessoas envolvam-se voluntariamente em algo com o qual não se identifiquem. Assim, a educação não formal pressupõe considerar, em primeiro plano, os desejos da comunidade com a qual pretende trabalhar, seus anseios, identificando seus desejos e necessidades e valorizando o universo cultural dos educandos.

Aconteceram reuniões com a rede de serviços da região como forma de esclarecer as dúvidas quanto à instituição Marista e as atividades que seriam desenvolvidas no Centro Social Marista Irmão Acácio, bem como o perfil dos educandos que seriam atendidos.

Com isso, houve a divulgação das matrículas, inscrição e seleção de jovens de 12 a 16 anos que estivessem matriculados nas escolas regulares, e estivessem em vulnerabilidade social e pessoal.

O atendimento foi iniciado através do serviço de apoio socioeducativo com 200 educandos moradores da região Norte de Londrina, nas linguagens de Capoeira, Jogos Cooperativos, Artes Visuais, Artes Cênicas, Comunicação, Ser e Conviver e Informática. Algumas linguagens foram acrescentadas posteriormente devido à demanda do serviço, são elas: Artes Circenses, Expressão Corporal, Meio Ambiente e Cidadania.

Esse serviço visa implementar projetos que potencializem crianças e jovens, sujeitos de direitos, capazes de construir o conhecimento de forma participativa, solidária e autônoma, considerando a cultura da comunidade onde estão inseridos.

O Centro Social Marista Irmão Acácio vai ao encontro de propostas educacionais que possibilitam atrair crianças e jovens para espaços seguros e que podem oferecer alternativas para a vida das pessoas que nem sempre podem fazer escolhas para seu futuro.

Abaixo, fotos das linguagens oferecidas pelo Centro Social Marista Irmão Acácio no serviço de apoio socioeducativo. São elas:

- Sala de Artes Cênicas

Tendo como eixos a teatralidade e noções de representação de papéis pretende-se dentro desta linguagem uma aproximação do teatro com a vida humana e a criação de relações entre as práticas cênicas e as vivências comuns dos educandos. Isto visando estabelecer uma busca por encontrar na experiência teatral um espaço de reflexão e aprofundamento criativo e intencionando colaborar na formação de um educando protagonista de seu papel social.¹¹

¹¹ Todas as sinopses descritas neste subitem foram fornecidas pelos educadores tutores através de seus projetos de trabalho.



FOTO 1 – Jovens durante aula na Linguagem de Artes Cênicas

Fonte: Cedida pelo Centro Social Marista Irmão Acácio

- Linguagem de Artes Circenses

O Projeto Circo Cidadão tem como ponto norteador a busca de um educando protagonista e autônomo, capaz de decidir sobre sua vida e interferir positivamente, de maneira consciente, no contexto de sua comunidade.

Essa proposta estará centrada na prática de técnicas circenses variadas, voltada aos princípios arte - educativos. Para tanto, serão desenvolvidos e aprimorados os fundamentos básicos do Circo e da Arte Educação, através da análise crítica e reflexiva das dimensões motoras e cognitivas abordadas pelo fazer circense.

Assim, a Linguagem de Artes Circenses, através do projeto “Circo e Cidadania”, busca no circo um instrumento para a formação e a transformação social do indivíduo, procurando aglutinar ao cotidiano dos educandos os elementos agregados e desenvolvidos pela prática das técnicas circenses.



FOTO 2 – Jovens durante ensaio na Linguagem de Artes Circenses

Fonte: Cedida pelo Centro Social Marista Irmão Acácio

- Sala de Artes Plásticas

Buscando abranger um número maior de possibilidades para desenvolvimento dos trabalhos, a linguagem de Artes Visuais passa a adotar o termo Artes Plásticas, por considerar mais adequado às atividades desenvolvidas. Nesta linguagem o educando é estimulado a fazer uso da criatividade e de algumas técnicas artísticas para desenvolver seus trabalhos, expressando de forma divertida e prazerosa suas idéias e opiniões. Neste processo questões como o respeito e a valorização da produção estão sempre em pauta.



FOTO 3 – Jovens durante atividade na Linguagem de Artes Plásticas

Fonte: Cedida pelo Centro Social Marista Irmão Acácio

- Sala de Cultura e Movimento

A linguagem de Cultura e Movimento tem como finalidade promover um resgate cultural das manifestações populares e do movimento corporal, percebendo o ser humano, como um indivíduo histórico e que em cada fase de sua vida, utiliza do corpo para expressar e manifestar emoções e sentimentos, tendo como parâmetro a diversidade cultural construída ao longo da história da humanidade.



FOTO 4 – Jovens durante roda de capoeira na Linguagem de Cultura e Movimento

Fonte: Cedida pelo Centro Social Marista Irmão Acácio

- Sala de Educomunicação

A linguagem proporciona o exercício das linguagens verbais e não verbais, e a elaboração de produtos como jornalzinho impresso, histórias em quadrinhos, textos críticos, cerimoniais de eventos, painéis ilustrados, programa de rádio e gravações em vídeo. Os educandos treinam as habilidades de fazer pautas e roteiros, pesquisar em diferentes fontes, fazer entrevistas, redigir textos, ilustrar matérias com fotos e desenhos, fazer diagramações, fazer locuções, gravar vídeos e apresentar-se em público. Paralelamente ao aprendizado das técnicas, busca-se a prática reflexiva que constrói os valores da sociabilidade inerentes ao processo comunicativo.



FOTO 5 – Jovens durante atividade na Linguagem de Educomunicação

Fonte: Cedida pelo Centro Social Marista Irmão Acácio

- Sala de Expressão Corporal

Forma cultural de manifestação do movimento corporal humano busca desenvolver no educando habilidades no uso do corpo como instrumento de manifestação da sua vontade e do seu desejo conseqüente, proporcionando força criativa para que se construa competência participativa na sociedade.

Através de jogos rítmicos, rolamentos, brinquedos cantados e jogos acrobáticos, busca oferecer oportunidade para que crianças e adolescentes descubram novas possibilidades de relação com o espaço, reflitam sobre os limites do corpo e, uma vez conscientes de seus próprios movimentos e dos movimentos dos outros, possam construir juntos, uma nova relação espacial, social, afetiva, cultural e histórica.



FOTO 6 – Jovens durante ensaio na Linguagem de Expressão Corporal

Fonte: Cedida pelo Centro Social Marista Irmão Acácio

- Sala de Meio Ambiente e Cidadania

A linguagem de Meio Ambiente e Cidadania, tem como finalidade promover uma aproximação dos educandos, aos conhecimentos relacionados à questão ambiental, que apesar de estar sempre em destaque na mídia e no cotidiano escolar, muitas vezes parece não fazer parte da vida destes e de muitos de nós.

Também tem como finalidade, possibilitar aos educandos perceberem que todos os nossos lugares de vivência (a casa, o bairro, a cidade), e nós mesmos somos elos de uma frágil corrente, isto é, compreender que todas as nossas ações cotidianas podem interferir no meio ambiente, devendo então repensar algumas de nossas ações.

Outro ponto a ser destacado é o fato de que tratar sobre as questões ambientais, também é falar de qualidade de vida e cidadania, possibilitando aos educandos a gênese de ações criadoras e transformadoras que, nos possibilitem interagir nesse meio com respeito e dignidade, exercendo desta maneira um pouco da nossa cidadania



FOTO 7 – Jovens durante atividade na Linguagem de Meio Ambiente e Cidadania

Fonte: Cedida pelo Centro Social Marista Irmão Acácio

- Quadra poliesportiva

A Linguagem de Jogos Cooperativos no Centro Social Marista Irmão Acácio desenvolve atividades onde o trabalho em grupo, a cooperação e a afetividade entre os integrantes são os objetivos principais. Os nossos educandos, por influência de nossa cultura, são muito competitivos, e nos jogos cooperativos, tirar a competitividade acaba sendo o grande desafio da linguagem. Valorizar sempre jogar um com o outro e não contra o outro é uma busca constante.



FOTO 8 – Jovens durante atividade na Linguagem de Jogos Cooperativos

Fonte: Cedida pelo Centro Social Marista Irmão Acácio

- Laboratório de Informática



FOTO 9 – Jovens durante atividade na Linguagem de Informática

Fonte: Cedida pelo Centro Social Marista Irmão Acácio

Na Linguagem de Informática nossa visão é para o compartilhamento de informações e de novas tecnologias, desenvolvidas através de ambientes de

aprendizagem informatizados, levando aos nossos educandos conhecimento e capacitação para sua valorização e sobrevivência frente à sociedade onde vivem.

Os trabalhos desenvolvidos na Linguagem de Informática no Centro Social Marista Irmão Acácio têm como enfoque principal, jovens da Zona Norte de Londrina, com idade entre 12 e 16 anos em vulnerabilidade social e pessoal, pois a baixa renda existente e a falta de acesso a esses recursos implicam profundamente para o desenvolvimento dessas habilidades e a inclusão digital. Daí, a necessidade do domínio de ferramentas tecnológicas, estímulo à análise, raciocínio e solução de problemas, minimizando as dificuldades que encontrarão pela frente.

Para Vecchi (2001, p. 78),

Encontra-se muitas vezes uma pobreza de aptidão para enfrentar os problemas educativos que a sociedade oferece: é o problema de quantos não conseguem concluir os programas escolares ou encaminhar-se para o trabalho e se tornam vítimas da seleção.

A Linguagem de informática é responsável em proporcionar domínio sobre os equipamentos eletrônicos que vêm surgindo a cada dia, em especial os computadores, assim, desde 2004 tem o princípio de levar aos jovens a importância de saber fazer uso dos computadores e das novas tecnologias através de experiências práticas que os preparem para futuras inserções no mundo do trabalho.

Através do uso da tecnologia é possível construir cidadãos com senso crítico, explorar habilidades e potencialidades através da inclusão digital, da participação criativa, construtiva e solidária, desenvolvendo o protagonismo. Prepara o jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade e para o mundo do trabalho, desenvolve o espírito inovador, tornando-os capazes de buscar alternativas de solução para os desafios do mundo moderno.

Para Vecchi (2001, p. 153),

[...] o papel do educador é, antes de tudo, o de avaliar, compreender positivamente, descobrir as energias. Em segundo lugar, o de ficar ao lado, estimulando tudo o que o menino já desenvolve bem por conta própria, fazendo, quando muito, correções onde percebe surgir algum desvio.

O laboratório de Informática conta com quinze computadores de última geração conectados à Internet, as aulas de informática têm duração de uma hora e meia, tempo esse dividido entre teoria e prática, sempre acompanhadas por profissionais qualificados na área, além de recursos como apostilas, câmeras digitais, fones de ouvido, *data show* e *softwares* específicos destinados à aprendizagem do jovem.

As ferramentas trabalhadas na linguagem são voltadas à qualificação profissional dos jovens, que muito em breve estarão inseridos no mundo do trabalho. São elas: Domínio da Internet, *browsers* de navegação e sites de busca, *e-mail* (correio eletrônico), montagem de microcomputadores, Suporte Técnico, Lógica e Linguagem de Programação, Sistemas Operacionais, Pacote Office (Word, Excel e PowerPoint), Curso de Digitação, Unidades de medidas, Editores e Conversores de Áudio e Vídeo entre outras.¹²

Os indicadores de avaliação das ferramentas são:

- ✓Bate papo inicial com os jovens para saber realmente o que conhecem sobre tecnologia;
- ✓Observar se as informações dadas foram absorvidas por todos;
- ✓Avaliar a participação e frequência em sala;
- ✓Orientar o jovem sempre que necessário, seja no coletivo, grupos ou individualmente;
- ✓Analisar o grau de dificuldade encontrado pelos jovens na resolução dos problemas;
- ✓Explorar todas as expressões pouco usuais, fazendo com que se torne familiarizado com o vocabulário da informática;
- ✓Estimular o trabalho em grupo.¹³

¹² Dados extraídos dos Projetos de trabalho realizados durante os anos 2005 a 2008 pelo autor.

¹³ Dados extraídos dos Projetos de trabalho realizados durante os anos 2005 a 2008 pelo autor.

Com isso, através de todas as Linguagens oferecidas, estão garantidos alguns objetivos, são eles:

- a) Facilitar o acesso aos recursos, serviços e políticas de proteção às crianças e jovens;
- b) Promover o protagonismo;
- c) Ajudar na construção da identidade individual e coletiva.
- d) Instruir jovens para que se tornem sujeitos críticos em uma sociedade justa e solidária;
- e) Participar do processo de construção de uma cultura solidária, de paz e de justiça social.
- f) Promover a construção de conhecimento de forma significativa.¹⁴

Atualmente o Centro Social Marista Irmão Acácio atende 400 educandos no serviço de apoio socioeducativo, incluindo jovens de atendimento especial como casa abrigo, cumprindo medidas socioeducativas, deficientes mentais e físicos.

O Centro Social Marista Irmão Acácio desenvolve programas e projetos que potencializem crianças e jovens enquanto sujeitos de direito, capazes de construir conhecimento de forma participativa, considerando a cultura da comunidade.

¹⁴ Dados extraídos do Documento Socioeducativo - Versão Preliminar, elaborado pela Comissão Social e Setor de Assistência Social em novembro de 2004, foi reestruturado pelo Setor de Assistência Social em vista de adequar a Política Nacional de Assistência Social em 2006. Nesta versão a Diretoria Executiva de Ação Social realiza atualização dos Serviços e Programas.



FOTO 10 – Entrada do Centro Social Marista Irmão Acácio

Fonte: Cedida pelo Centro Social Marista Irmão Acácio

Outros serviços e programas foram implementados durante o decorrer dos anos, devido à demanda da comunidade local. São eles:

- **Serviço de orientação sociofamiliar e socioeconomia solidária**

Ajuda na orientação sociofamiliar e para a socioeconomia solidária das famílias dos educandos e da comunidade, busca o fortalecimento das relações sociais e familiares, melhoria na qualidade de vida, superação da situação de vulnerabilidade social e alternativa de recursos através da geração de renda para a população excluída do mundo formal e informal de trabalho.

Alguns objetivos desse serviço:

- a) Fortalecer os relacionamentos familiares e da autoestima individual e coletiva;
- b) Articular a rede para a organização participativa e mobilização da comunidade para o desenvolvimento das potencialidades locais e controle social;

- c) Promover o desenvolvimento da socioeconomia solidária como possibilidade de sustentabilidade para qualidade de vida das pessoas e das comunidades;
- f) Propiciar formação e capacitação na perspectiva de potencializar alternativas para a geração de emprego e renda, priorizando o princípio da solidariedade e de cooperativismo.



FOTO 11 – Reunião com as famílias

Fonte: Cedida pelo Centro Social Marista Irmão Acácio

Esse serviço tem por finalidade contribuir para o convívio familiar, proporcionando à comunidade orientações e apoio na dinâmica cotidiana, compreendendo a família como a rede de cuidado e afeto, e a comunidade como o território privilegiado de atuação e de distribuição de serviços. O serviço deve se articular com a rede socioassistencial, possibilitando a troca de informações, a integração dos serviços, programas e projetos no âmbito do território e possibilitará maior acesso aos diversos serviços existentes. Privilegiar o atendimento às famílias e à comunidade é uma exigência legal que a Instituição adota como metodologia para consecução de seus objetivos.

- **Programa Biblioteca Interativa**

Estimula o desenvolvimento de projetos para educandos, educadores e comunidade, em um espaço interativo de promoção cultural com acesso à informação e à produção de conhecimento.

Percebemos a necessidade de constante atualização, seleção da informação e aprendizagem, pois é preciso que todo ser humano tenha acesso à informação para a melhoria de sua qualidade de vida e na sociedade em que vive.



FOTO 12 – Contação de histórias

Fonte: Cedida pelo Centro Social Marista Irmão Acácio

Os objetivos do programa são:

- a) Democratizar o acesso à informação que favoreça igualdade de oportunidades, e que garanta o acesso a bens culturais e à construção de novos conhecimentos;
- b) Mediar os processos de acesso, pesquisa e produção de conhecimento;
- c) Favorecer a ampliação do saber crítico e reflexivo;
- d) Estimular o prazer da leitura, da escrita e de outras linguagens;
- e) Disponibilizar a informação por meio de acervos físicos e eletrônicos.

- **Serviço de qualificação profissional**

Desenvolve projetos de qualificação profissional e aprendizagem aos jovens dando-lhes condições para enfrentar o mundo do trabalho.

Promove o resgate e inclusão de jovens através da educação profissional garantindo que tenham uma formação para enfrentamento do mundo do trabalho.



FOTO 13 – Sala de aula no projeto de qualificação profissional

Fonte: Cedida pelo Centro Social Marista Irmão Acácio

Os objetivos do serviço:

- a) Desenvolver projetos de qualificação profissional a jovens e jovens de acordo com as orientações previstas na legislação vigente;
- b) Desenvolver projetos de aprendizagem profissional em consonância com a Lei nº 10.024/00 e Decreto nº 5598/2005;
- c) Propiciar a integração entre os conteúdos específicos da profissionalização e de formação para a cidadania durante o desenvolvimento dos projetos;
- d) Promover participação familiar e comunitária no desenvolvimento dos projetos de qualificação e aprendizagem, bem como

permanência nos espaços socioeducativos e a construção dos projetos de vida dos jovens e jovens.

- e) Desenvolver ações de articulação em rede que possibilite a inserção e permanência dos jovens e jovens no mundo do trabalho;
- f) Contribuir para a solução dos possíveis conflitos decorrentes da inserção e permanência dos jovens e jovens no mundo do trabalho.

- **Programa de formação continuada**

A formação continuada dos educadores, enquanto processo de reflexão permanente acerca das práticas educacionais, é realizada por meio do desenvolvimento de projetos específicos que contribuam na apropriação da Missão Educativa Marista e de saberes fundamentais no processo educativo.



FOTO 14 – Reunião no programa de formação continuada

Fonte: Cedida pelo Centro Social Marista Irmão Acácio

Os objetivos do programa são:

- a) Promover reflexão da prática socioeducativa diária, articulando temas que possam ampliar o pensar dos educadores, na perspectiva da criticidade;

- b) Contribuir para a autonomia e respeito à diversidade de relações, em face do conhecimento, compreendendo a realidade de forma contextualizada.
- c) Colaborar na construção de uma visão de mundo articulado em rede.
- d) Instrumentalizar o educador para construir conhecimentos, sistematizando-os e socializando-os de forma a ressignificar a sua realidade e contribuir para a transformação da sua práxis.
- e) Propiciar reflexão e vivência de aspectos de cada área de conhecimento.

Esses programas e projetos desempenham papéis na tentativa de minimizar o desrespeito cultural e as condições pouco dignas de projetar a vida e que muitas vezes contribuem para formação de um sujeito vulnerável, superficial, sem perspectivas de estabelecer relações interpessoais.

Segundo Garcia (2001, p. 152):

A educação não formal pode considerar, valorizar, reafirmar e ampliar a cultura dos sujeitos nela envolvidos, incluindo educadores e educandos, fazendo com que a bagagem cultural que cada um traz seja respeitada e esteja presente no decorrer de todos os trabalhos, procurando não somente valorizar a realidade de cada um, mas indo além, fazendo com que essa realidade perpassasse todos os trabalhos.

Com isso, os objetivos pretendidos por este trabalho são os seguintes: favorecer a inclusão cidadã, desenvolver o protagonismo através das vivências de cooperação, solidariedade e autonomia, fortalecendo a construção da identidade individual e coletiva, propiciar a convivência em uma sociedade multicultural, respeitando suas peculiaridades, e participar do processo de construção de uma cultura solidária, de paz e de justiça social.

Ainda para Garcia (2001, p. 152):

[...] a educação não formal caracteriza-se por possibilitar a transformação social, dando aos sujeitos que participam desse processo, condições de interferir na história, refletindo-a, transformando-a, logo, transformando-se.

Há então uma grande concentração de programas e projetos de qualificação ou formação profissional que parece refletir o próprio campo de ações públicas de trabalho e renda no País; se já para os adultos as iniciativas concentram-se na qualificação profissional, quando se trata de jovens isto ganha ainda mais força.

Os Centros Sociais surgiram a partir da liberação de espaço pelo Estado ao setor privado para realizar algumas tarefas e atividades que seriam próprias de cunho estatal. Com isso, a partir da década de 90, houve o grande avanço e crescimento desses serviços já existentes que, sem obter lucros, buscavam cada vez mais melhorar seus recursos para preencher as lacunas deixadas pela insuficiência do Estado em atender às necessidades sociais.

3 METODOLOGIA

Neste trabalho o método utilizado foi uma pesquisa de campo, com aplicação de um questionário semiestruturado, com abordagem quanti-qualitativa. Para Minayo (2004, p.108) esse instrumento “combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador”.

Por meio dessa abordagem foi possível associar números aos significados das relações humanas dando uma maior compreensão dos resultados obtidos.

Segundo Minayo (1994, p. 22), “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

O método escolhido integra dados qualitativos e quantitativos em um único estudo, permitindo uma visão mais ampla dos objetivos da pesquisa.

A vantagem da aplicação do questionário, segundo Nogueira (1977, p. 120), “é de levantar dados para uma pesquisa, cujas respostas são fornecidas pelo informante ou pesquisado sem a assistência direta ou orientação do investigador”.

Outra vantagem do questionário, segundo Laville e Dione (1999, p. 183):

Dentre as vantagens desse tipo de questionário padronizado – diz-se uniformizado, pode-se lembrar que se mostra econômico no uso e permite alcançar rápida e simultaneamente um grande número de pessoas. A uniformização assegura, de outro lado, que cada pessoa veja as questões formuladas da mesma maneira, na mesma ordem e acompanhadas da mesma opção de respostas, o que facilita a compilação e a comparação das respostas escolhidas e permite recorrer ao aparelho estatístico quando chega o momento da análise.

Dessa forma, o fato de não existir contato direto entre o pesquisado e o pesquisador torna o questionário vantajoso, pois evita a influência do estímulo pessoal sobre o informante.

Ainda segundo Goode e Hatt (1972, p. 173):

[...] qualquer questionário deve ser limitado em sua extensão e finalidade. Em geral, na ausência de uma motivação especial do informante, uma entrevista não se deve prolongar mais de meia hora, e mesmo este período de tempo é difícil manter sem fatigar o informante. Questionários respondidos pelos próprios informantes não devem, frequentemente, exigir mais de 30 minutos para serem completados, e é mesmo preferível um período mais curto.

O questionário aplicado contou com 12 perguntas abertas e fechadas, não ultrapassando um tempo máximo de resposta de 20 minutos.

3.1 Os Sujeitos

Foram pesquisados 50 jovens egressos atendidos pelo Centro Social Marista Irmão Acácio entre os anos de 2005 e 2007, escolhidos por meio de um relatório de desligamento fornecido pelo Centro Social Marista Irmão Acácio.

Estão assim caracterizados: sendo 20 egressos do sexo feminino e 30 egressos do sexo masculino, com idades entre 18 e 22 anos.

Os pesquisados frequentaram o projeto por um período de 12 meses, 5 vezes por semana, 4 horas por dia.

3.2 Local de Realização do Estudo

A pesquisa foi realizada no período de Outubro de 2009 a Fevereiro de 2010, e o local de aplicação dos questionários foi a Biblioteca do Centro Social Marista Irmão Acácio, localizada na Rua Abílio Justiniano de Queiroz, 350, Cj. João Paz, na cidade de Londrina - PR. Em certos casos o questionário foi aplicado na residência de alguns jovens, visto que houve a impossibilidade de horário devido ao trabalho que exercem.

O nome do Centro Social se deve ao Irmão Alberto Smaniotto, que por mais de 45 anos se dedicou à causa da educação atuando em diversos colégios da

rede Marista. Irmão Alberto nasceu no dia 13 de dezembro de 1918, na cidade de Nova Trento, em Santa Catarina, e faleceu em 04 de fevereiro de 2004, às vésperas da inauguração do Centro Social, por isso, a homenagem a esse irmão que dedicou grande parte de sua vida na missão de educar.

O Centro Social Marista Irmão Acácio foi inaugurado em 18 de Junho de 2004, quando passou por um período de reforma de aproximadamente 4 meses, com readequação de salas, pintura, paisagismo, contratação e treinamento dos colaboradores. Atualmente conta com 36 colaboradores nas mais diversas funções.

Após o período de reforma, iniciou-se uma pesquisa com aplicação de 600 questionários, para os jovens que estudavam nas escolas estaduais da região. Nas respostas aos questionários os estudantes optaram por atividades que gostariam de fazer no contraturno escolar, sendo essas as atividades implantadas nas linguagens posteriormente.

3.3 Procedimentos de Coleta e Análise dos Dados

Após aprovação e autorização do Conselho de Ética e do Comitê Assessor de Pesquisa Institucional da Universidade do Oeste Paulista, teve início a partir de um cadastro de jovens beneficiados pelo programa no período de 2005 a 2007, fornecido pelo Centro Social Marista Irmão Acácio, uma seleção na qual o pesquisado deveria ter idade maior que 18 anos e ter tido no mínimo 75% de participação nas aulas.

Dessa forma, foi feito um contato telefônico ou uma visita à casa do jovem, visto que a maioria deles reside nos bairros da região Norte de Londrina, local onde está localizado o Centro Social Marista Irmão Acácio. Assim sendo, os jovens foram convidados para participar de um questionário com dia e horário estabelecidos entre o pesquisado e o pesquisador.

Foram pesquisados 50 egressos por meio de um questionário semiestruturado com informações relativas à inserção no mundo do trabalho, ao aprendizado sobre tecnologia digital, aumento de renda e melhoria de vida.

Os questionários foram aplicados diretamente pelo pesquisador com todas as orientações necessárias para o pesquisado. Este escolhia dentro de um conjunto de categorias a sua resposta, podendo discursar abertamente com linguagem própria.

Desta forma, o levantamento dos dados em relação às questões foi avaliado quanti-qualitativamente, permitindo análise de palavras e números através das respostas obtidas em cada um dos itens referidos.

3.4 Apresentação e discussão dos resultados

Inicialmente procurou-se identificar a idade dos egressos pesquisados. Nota-se que a grande maioria - 82% - tem idade entre 18 e 19 anos. Estatisticamente, a média de idade dos pesquisados ficou em 18,82 anos. Vale destacar ainda que uma quantidade significativa constituía-se de pessoas do sexo masculino - 30 pesquisados, que correspondem a 60% do total, e 20 pessoas do sexo feminino, que correspondem a 40% do total de pesquisados.

TABELA 1 – Idade dos egressos pesquisados

	Frequência	Percentual
18 anos	19	38,0
19 anos	22	44,0
20 anos	7	14,0
21 anos	1	2,0
22 anos	1	2,0
Total	50	100,0

Fonte: o autor

TABELA 2 – Ano em que os egressos pesquisados cursaram o projeto

	Frequência	Percentual
Ano de 2005	5	10,0
Ano de 2006	20	40,0
Ano de 2007	25	50,0
Total	50	100,0

Fonte: o autor

Estes resultados indicam que houve uma dificuldade maior em encontrar os egressos do ano de 2005, visto que os dados cadastrais fornecidos pelo Centro Social Marista Irmão Acácio já estavam desatualizados. Com o passar dos anos muitos jovens se mudaram de endereço ou até mesmo de cidade, com isso não foi possível a localização deles, portanto 50%, ou seja, metade dos pesquisados, foram atendidos no ano de 2007, 40% no ano de 2006 e apenas 10% no ano de 2005.

TABELA 3 – Grau de instrução atual dos egressos pesquisados

	Frequência	Percentual
Fundamental incompleto	3	6,0
Médio incompleto	19	38,0
Médio completo	19	38,0
Superior incompleto	9	18,0
Total	50	100,0

Fonte: o autor

Os dados sobre grau de instrução revelam que houve uma continuidade no desenvolvimento intelectual após sua saída do projeto, visto que 38% estão concluindo o ensino médio, 38% já concluíram o ensino médio e 18% já iniciaram o curso superior.

Quando questionados sobre a continuação dos estudos em nível superior, exceto os que já estão cursando, os jovens foram unânimes ao mostrarem um desejo muito grande de entrar em uma universidade, alguns revelaram que a renda adquirida através do emprego irá ajudar para financiar o estudo superior.

Dessa forma, pode-se afirmar que foi compreendida pelos jovens a importância da educação continuada diante das constantes transformações no mundo globalizado.

Garcia (2001, p. 152) afirmam que:

[...] a aprendizagem, quando diz respeito a educação não formal, acontece sem que haja uma obrigatoriedade e sem que haja mecanismos de repreensão para o não-aprendizado, pois as pessoas estão, de alguma forma, envolvidas no e pelo processo ensino/aprendizagem e têm uma relação prazerosa e significativa com o processo de aprender e com a construção do saber.

Com isso, possibilita-se a transformação social do jovem, fazendo-o refletir e transformando-o em sujeito crítico capaz de ter uma visão clara sobre o perfil de profissionais que o mundo almeja.

TABELA 4 – Egressos pesquisados que estão empregados atualmente

	Frequência	Percentual
Sim	44	88,0
Não	6	12,0
Total	50	100,0

Fonte: o autor

Pelos dados obtidos percebe-se que 88% dos egressos pesquisados estão trabalhando atualmente.¹⁵

Vale ressaltar que dois pesquisados (4%) que não estão empregados atualmente relatam que o motivo é devido ao curso superior que frequentam ser em tempo integral e por estarem amparados com bolsa de estudo, deste modo, não é possível ter vínculo com o trabalho formal. Segundo eles, foi uma grande chance terem conseguido essa bolsa para estudar e obter um diploma de curso superior.

Segue o relato deles:

Com a bolsa consigo me manter e até mesmo ajudar nas despesas de casa, sei que depois de formado em enfermagem, terei mais chances de conseguir um bom emprego. (Pesquisado 5)

Vou aproveitar que consegui a bolsa de estudo e realizar meu sonho que é a faculdade de história, depois disso sei que posso ganhar bem com a profissão de professora. (Pesquisado 6)

Nas pesquisas realizadas, encontramos duas jovens, uma com 18 e outra com 19 anos com filho recém-nascido. A jovem de 18 anos relata que logo após sair do projeto ficou grávida e teve que sair de casa. Hoje mora com o marido e cuida da filha.¹⁶

Segue o relato da jovem:

Quando minha filha tiver um pouco mais de idade vou colocar na creche e arrumar um emprego para ajudar nas despesas de casa, que muitas vezes passamos apertados no final do mês. (Pesquisado 1)

¹⁵ Conforme os dados, apenas 2 pesquisados (4%) encontram-se de fato desempregados por motivo de não encontrarem oportunidades de emprego, os demais são por conta de cuidar de filhos e bolsa de estudo integral.

¹⁶ Segundo os dados, este é o único caso entre os pesquisados em que a jovem saiu de casa e constituiu outra família. Assim, 98% dos pesquisados moram com seus pais.

No caso da outra jovem, de 19 anos, esta relata que já havia conseguido emprego, porém ficou grávida, tendo que se desligar do trabalho. Atualmente é mãe solteira e vive na casa dos pais.¹⁷

Segue o relato da jovem:

Tinha um emprego administrativo, mas tive que me desligar devido à gravidez, hoje moro na casa de minha mãe e não trabalho, mas quando puder vou voltar a trabalhar. (Pesquisado 2)

Nos demais casos, entre os 88% dos jovens que trabalham atualmente, alguns deles relatam que tiveram início no mundo do trabalho por meio de um estágio e após um período foram efetivados na empresa.

Em geral, todos os jovens se mostraram otimistas em relação à escolha do respectivo ramo de qualificação como uma ponte para o mundo do trabalho.

Segundo eles, essa área de qualificação voltada à informática é bem valorizada, por possibilitar conhecimentos ligados às novas tecnologias de informação exigidas em diversas áreas do mundo do trabalho e uma porta de entrada para conseguir um bom emprego é o estágio.

Segundo Lanças (2003, p. 13):

O estágio é bom para todos. É bom para a empresa, que pode contar em seus quadros com profissionais relativamente baratos (já que não há encargos sociais, décimo terceiro, férias, etc.), cheios de vontade e energia e superatualizados com o que há de mais moderno em sua área.

O estágio, na verdade, é a porta de entrada para uma possível efetivação na empresa, no cargo em que se pretende atuar.

Ainda segundo o autor Lanças (2003, p. 13):

¹⁷ Do total de pesquisados, há apenas 2 casos do sexo feminino que já possuem filhos e apenas estudam.

[...] o estágio, quando bem organizado e conduzido, acaba sendo vital na formação do futuro profissional. Muitos estágios são remunerados, incluindo vale-transporte e refeição, e permitem que o aluno tenha contato com os futuros colegas de profissão, permitindo a eles desenvolverem habilidades só possíveis na prática, no ambiente real de trabalho. Os melhores estágios são os estágios supervisionados nos quais a empresa elege um tutor, que será responsável pela complementação da formação do aluno e que orientará durante o período em que estiver naquele departamento da empresa.

Os jovens relatam ainda que atribuem à qualificação profissional adquirida através do projeto como uma referência para o emprego, já que não possuem experiências de trabalhos anteriores e sabem das dificuldades para driblar o desemprego e a precariedade, pois muitas vezes têm que competir com outros jovens muito melhor preparados.

TABELA 5 – Função que os egressos pesquisados exercem atualmente

	Frequência	Percentual
Auxiliar administrativo	9	18,0
Auxiliar de produção	5	10,0
Atendente	4	8,0
Não trabalham	4	8,0
Garçom	3	6,0
Estudante	2	4,0
Auxiliar almoxarifado	2	4,0
Balconista	2	4,0
Secretária	2	4,0
Serralheiro	2	4,0
Agente de telemarketing	2	4,0
Açougueiro	1	2,0
Assessor de vendas	1	2,0
Assessora de clientes	1	2,0
Montador	1	2,0
Empacotador	1	2,0
Entregador	1	2,0
Mecânico industrial	1	2,0
Operador de caixa	1	2,0
Operador de máquina	1	2,0
Pintor	1	2,0
Recepcionista	1	2,0
Retificador de peças	1	2,0
Técnico de informática	1	2,0
Total	50	100,0

Fonte: o autor

Pode-se observar na tabela que são vários os cargos ocupados pelos jovens, não há relato de nenhum que esteja na função de estagiário e todos desenvolvem cargos com posição efetiva no quadro de funcionários.

Os jovens relatam que estão satisfeitos com as funções que desenvolvem nos cargos que ocupam nas empresas onde trabalham, alguns citam que gostariam de mudanças internas, permanecendo na própria empresa.

Alguns relatos dos jovens em relação à função que ocupam na empresa:

Um dos jovens com 19 anos de idade relata que trabalha em um bom emprego, tem um salário bom e gosta do que faz.

Trabalho em um supermercado no setor de cartão de crédito, converso o dia todo com pessoas, a hora passa rápido e tenho acesso à internet e e-mails quando preciso. (Pesquisado 14)

Outro jovem com 20 anos de idade, durante a aplicação do questionário, em sua casa, fez questão de mostrar a moto e o celular de 2 chips que comprou após conseguir o primeiro emprego, para ele foi uma conquista muito grande e se mostrava muito feliz.

Sou operador de máquinas numa empresa de café solúvel, opero máquinas grandes, todas com computador, é preciso muita concentração para fazer o serviço. (Pesquisado 8)

Durante a aplicação do questionário em sua casa, uma jovem de 19 anos relata ser realizada na função que exerce.

Atualmente sou secretária executiva da diretora de um hospital, controlo todas as planilhas e sou responsável pelos relatórios das reuniões. Antes eu era recepcionista do hospital. (Pesquisado 11)

Pelos relatos colhidos pode-se perceber que os jovens trabalham no que gostam e, apesar de terem pouca experiência em outras funções, eles acreditam que desenvolvem as funções com vocação e aptidão.

Para Lanças (2003, p. 22), considerando que você passará a maior parte de seu tempo em seu trabalho, nada mais saudável do que procurar trabalhar naquilo que se gosta.

Os jovens têm consciência de que a qualificação profissional adquirida ajudou muito na busca do primeiro emprego, porém não garante proteção contra o desemprego no mundo do trabalho exigente e competitivo.

TABELA 6 – Renda atual dos egressos pesquisados. Por salário mínimo (R\$ 465,00)

	Frequência	Percentual
Até um salário mínimo	24	48,0
Até dois salários mínimos	20	40,0
Até três salários mínimos	2	4,0
Total	46	92,0
Não responderam nenhuma opção	4	8,0
Total	50	100,0

Fonte: o autor

Quanto ao fator renda por salário mínimo a tabela mostra que 44% dos egressos pesquisados estão com ganhos superiores a um salário mínimo, aqui estão incluídos dois egressos que ganham bolsa de estudo no valor de até um salário mínimo.

Os quatro egressos que não responderam nenhuma opção estão desempregados atualmente.

Observa-se aqui que um percentual considerável (40%) já obtém ganhos que superam um salário mínimo.

Quando questionados sobre o destino do salário recebido mensalmente, os jovens relatam que participam das despesas da casa, uma vez que todos são de famílias pobres.

Seguem alguns relatos:

Outro jovem de 19 anos, relata no que já teve mudança de cargo na empresa; com isso houve aumento de salário, e hoje vai para o trabalho com a moto do pai, mas pretende comprar a sua em breve.

Com o salário que ganho ajudo em casa e ainda pago um consórcio de uma moto. (Pesquisado 28)

Outro jovem de 20 anos, que tem um emprego de mecânico industrial, em seu relato diz estar muito bem, já tem sua moto e gosta de viajar quando pode. Além disso, tem outro emprego de garçom nos finais de semana, o que lhe possibilita uma renda extra.

Com o salário que ganho posso ajudar nas despesas de casa e ainda sobra um pouco pra mim, quando posso, saio com os amigos para viajar. (Pesquisado 26)

Percebe-se que através do trabalho é possível o jovem ter sua autonomia e o prazer de realizações básicas no dia a dia, pois o fato de poder possuir seu próprio dinheiro permite-lhe ter o sentimento de igualdade perante os outros.

Outro fator relevante que pode ser notado é o fato deste jovem poder ser visto aos olhos da família como um ser trabalhador, honesto e digno, que busca através do trabalho a construção de sua autoidentificação.

Para Sposito, (2009, p. 35):

O trabalho aparece como categoria mediadora dos dois tempos: possibilita para muitos uma experiência mais rica no presente e garante, também, os

mecanismos básicos para a transição, pois, além do projeto de constituição da própria família, ele entra como fator para a conclusão em bons termos da própria trajetória escolar, assegurando um futuro.

Essa transição para o trabalho contempla outros projetos para a vida adulta, possibilitando tanto a melhoria da qualidade de vida quanto o início do processo de autonomia do jovem em relação à família e à sociedade.

TABELA 7 – Em relação ao trabalho, egressos que gostariam de mudanças

	Frequência	Percentual
Sim	24	48,0
Não	26	52,0
Total	50	100,0

Fonte: o autor

Na tabela 7 observa-se a manifestação dos egressos em relação a mudanças no trabalho, tendo em vista que 48% deles gostariam de mudanças relacionadas a melhores salários, capacitação fornecida pela empresa ou mudança de função dentro do mesmo local de trabalho dando-lhes possibilidade de crescimento. Os demais relatam que estão satisfeitos com a função que exercem atualmente.

Para Lanças (2003, p. 21):

Se o profissional tem a atitude correta, a habilidade necessária para desempenhar o cargo e lhe falta competência, a empresa poderá oferecer-lhe cursos para desenvolvê-la ou, então, ele será aproveitado em outras áreas em que suas competências façam mais sentido e sejam bem mais aproveitadas. Se o fator em desvantagem for habilidade para desempenhar determinada função, e a atitude e a competência forem corretas, a empresa poderá treiná-lo para que desempenhe a função a contento.

Com relação às mudanças em relação ao trabalho, seguem-se alguns depoimentos:

Gostaria de ter mais abertura na empresa para trabalhar na área de recursos humanos. (Pesquisado 7)

Queria que a empresa proporcionasse mais incentivo ao funcionário, dando mais possibilidade de crescimento. (Pesquisado 10)

Os depoimentos acima permitem observar que os pesquisados sugerem uma continuidade no mesmo local de trabalho, com mais chances de crescimento nas demais áreas da empresa.

TABELA 8 – Egressos que utilizam a informática no trabalho que desenvolvem

	Frequência	Percentual
Sim	27	54,0
Não	23	46,0
Total	50	100,0

Fonte: o autor

Nos dados acima, observa-se que um percentual de 54% dos pesquisados utiliza a informática nas funções que desenvolvem, uma vez que a maioria deles utiliza algum *software* específico da empresa.

Alguns depoimentos sobre a utilização da informática no local de trabalho:

A jovem de 19 anos, secretária executiva de um hospital, relata que utiliza a informática o dia todo, com programas, *e-mails* e aplicativos como Word e Excel.

Utilizo o sistema próprio do hospital, além de e-mails, planilhas de cálculo e editor de texto. (Pesquisado 11)

Para a jovem de 18 anos, auxiliar administrativo de uma universidade, a informática está presente no dia a dia, pois sua função é desenvolvida através de *softwares* próprios da universidade.

Uso o Excel, e-mail, MSN e o sistema próprio da universidade para acesso aos dados que preciso. (Pesquisado 23)

TABELA 9 – Egressos que utilizam a informática em casa.

	Frequência	Percentual
Sim	32	64,0
Não	18	36,0
Total	50	100,0

Fonte: o autor

Segundo os dados acima, percebe-se que 64% dos pesquisados possuem acesso à informática em sua casa. A grande maioria relata que utiliza a internet para acesso a *e-mails* e chats de bate-papo. Os aplicativos mais utilizados são o pacote Office e aplicativos como softwares de áudio (Media Player, Real Player), jogos, editores de foto e conversores de áudio e vídeo.

TABELA 10 – Egressos que tiveram alguma promoção (mudança de função) no trabalho por terem conhecimentos em informática.

	Frequência	Percentual
Sim	19	38,0
Não	31	62,0
Total	50	100,0

Fonte: o autor

Na tabela acima é possível destacar a importância de os egressos terem adquirido conhecimentos em informática, pois fica evidente que tais conhecimentos aumentam a chance de ter uma mudança de função, na maioria das vezes o jovem que antes operava um trabalho manual, depois passou para um trabalho que exige conhecimento e domínio em determinada ferramenta tecnológica.

Mas para isso, a empresa exige, também, competências comunicativas, raciocínio lógico e capacidade de tomar decisões, associado a competências afetivas como capacidade de lidar com incertezas, além da dinamicidade e o estresse.

Para Lanças (2003, p. 65):

Desde sua chegada na empresa como estagiário, trainee ou recém-formado, você será tão notado quanto forem as suas habilidades e seus resultados positivos. Você sobe e sua visibilidade aumenta. Procure reconhecer publicamente todos aqueles que o ajudaram a subir e faça isso com sinceridade e do fundo do coração.

Com uma possível mudança de cargo, será preciso conquistar um novo espaço, sem pressa e com muita seriedade, não se esquecendo de colocar seus conhecimentos à disposição e oferecendo ajuda a quem precisar, assim, será o caminho mais curto para ser aceito no novo ambiente de trabalho.

Dessa forma, com humildade e agradecimento aos que lhe ajudaram, não importa o cargo que ocupa, será sempre a mesma pessoa perante os colegas que ficaram no seu grupo antigo, uma vez que com mudança de função a possibilidade de formar outro grupo de colegas é muito grande.

Alguns relatos de jovens que tiveram mudança de cargo na empresa que trabalham:

Relato de um dos jovens pesquisados com 19 anos de idade, que trabalha em empresa de equipamentos de segurança:

Trabalhava na linha de produção e fui para a Assistência Técnica, função que exige atenção para realizar testes em equipamentos. (Pesquisado 28)

Relato de uma jovem pesquisada de 20 anos de idade que trabalha em um supermercado:

***Eu era empacotadeira e fui promovida para operadora de caixa.
(Pesquisada 29)***

Relato de um jovem pesquisado de 21 anos que trabalha em um hospital:

Passei de aprendiz para auxiliar de compras e depois para auxiliar administrativo. (Pesquisado 7)

TABELA 11 – Egressos que acreditam que os conhecimentos adquiridos através do Projeto Social, especificamente na área da Informática, contribuíram para o desenvolvimento profissional e pessoal.

	Frequência	Percentual
Sim	50	100,0
Total	50	100,0

Fonte: o autor

Nos dados acima fica claro que 100% dos jovens pesquisados acreditam que os conhecimentos adquiridos através da instituição fizeram diferença em seu desenvolvimento pessoal e profissional, dando à instituição uma visão que os conhecimentos repassados aos jovens são de grande importância para sua sobrevivência na sociedade.

Em resumo, a maioria dos pesquisados declarou ter uma avaliação muito positiva do programa, desde a equipe de educadores, a qualidade das atividades realizadas ou o projeto como um todo na sua estrutura física e organizacional.

É fato que a instituição preocupa-se com os conteúdos tecnológicos repassados aos jovens frente às exigências do mundo do trabalho.

Sobre a educação baseada na tecnologia, Joly et al. (2002, p. 42) afirmam:

[...] a tecnologia baseada no computador, que permite acesso rápido e imediato a fontes ampliadas de informação e agiliza seu tratamento, poderá contribuir para ajudar a escola a se transformar em um local onde se constrói conhecimento e onde se desenvolvem habilidades. O aprendizado autônomo pressupõe a busca de informações onde quer que elas estejam mediante o domínio de diferentes formas de acesso à informação, associado ao desenvolvimento de uma atitude crítica de investigação, a fim que o indivíduo seja capaz de avaliar, reunir e organizar informações mais relevantes.

Para Joly et al. (2002, p 43), “só com máquinas não se asseguram as condições necessárias para que melhor preparem os educandos para uma inserção ativa e produtiva no mundo do trabalho da sociedade do conhecimento”.

Alguns depoimentos dos pesquisados:

Relato de uma jovem pesquisada com 19 anos de idade que trabalha em uma empresa de telefonia na função de agente de telemarketing:

Com certeza me deu base o suficiente para que eu pudesse entrar no mercado de trabalho já possuindo o conhecimento na área. (Pesquisado 10)

Uma jovem que trabalha como secretária executiva em um hospital relata:

Contribuíram muito, as aulas de informática foram importantes, pois no meu trabalho utilizo muito o computador. (Pesquisado 11)

Relato de uma jovem pesquisada com 20 anos de idade que trabalha em uma loja de departamentos na função de assessora de clientes:

Porque eu não tinha nenhum curso de informática e com o que adquiri no projeto me ajudou a evoluir um pouco mais no meu desenvolvimento pessoal e profissional. (Pesquisado 19)

Uma jovem com 18 anos de idade que trabalha em uma universidade na função de auxiliar administrativo relata:

Utilizo no meu trabalho todos os recursos que aprendi. (Pesquisado 43)

TABELA 12 – Para o trabalho que desenvolve, houve falta de domínio de alguma ferramenta tecnológica que poderia ter tido conhecimento no Projeto Social?

	Frequência	Percentual
Sim	4	8,0
Não	46	92,0
Total	50	100,0

Fonte: o autor

Os dados revelam que 92% dos pesquisados mostraram-se satisfeitos no que diz respeito ao aprendizado das ferramentas tecnológicas oferecidas pela instituição.

Quando perguntados sobre as ferramentas que fizeram falta durante o tempo do projeto, os pesquisados relataram que gostariam de ter tido conhecimento com as ferramentas de *webdesign*, responsáveis por fazer construção ou modelagens de sites, mas garantem que seu uso seria pessoal e não profissional.

TABELA 13 – Egressos que fizeram ou fazem algum curso ou treinamento na área da Informática.

	Frequência	Percentual
Sim	19	38,0
Não	31	62,0
Total	50	100,0

Fonte: o autor

Os dados mostram que 38% dos pesquisados já fizeram ou fazem algum curso de informática como forma de capacitação referente às ferramentas tecnológicas.

Alguns depoimentos permitem observar uma formação continuada em cursos da área da informática:

Uma jovem de 20 anos que trabalha na função de assessora de clientes em uma loja de departamentos relata:

Comecei um curso mas não cheguei ao fim, mas considero que o básico que aprendi sobre a informática foi no projeto. (Pesquisado 19)

Relato de uma jovem pesquisada de 18 anos que ocupa a função de atendente:

Fiz um curso de editor de foto e editor de vídeos. (Pesquisado 22)

Relato de um jovem pesquisado de 19 anos que ocupa a função de auxiliar técnico:

***Depois que saí do projeto comecei um curso de web designer.
(Pesquisado 28)***

Relato de uma jovem pesquisada de 18 anos que ocupa a função de auxiliar administrativo em uma universidade:

Atualmente eu faço um curso técnico em secretariado, pois minha função exige, além do domínio da informática, outras técnicas que estou aprendendo nesse curso. (Pesquisado 23)

TABELA 14 – Egressos que tiveram dificuldade para encontrar o primeiro emprego.

	Frequência	Percentual
Sim	7	14,0
Não	43	86,0
Total	50	100,0

Fonte: o autor

Os dados mostram que 86% dos jovens não encontram dificuldades para encontrar o primeiro emprego, os 14% restantes relatam que não tinham idade maior ou igual a 18 anos quando procuraram emprego, o que na opinião deles dificultou a contratação.

Alguns jovens relatam ainda que fizeram estágio em empresas com falsas promessas de efetivação, e que logo após o término do período de estágio pediram desligamento e hoje estão admitidas em outra empresa.

Para Lanças (2003, p. 115):

[...] o caminho a ser percorrido é longo, cheio de armadilhas, que não é nada fácil vencer todos os obstáculos que surgirem e que somente as pessoas determinadas conseguem. Os obstáculos e possíveis dificuldades e resultados negativos devem servir de estímulo para que você os vença no

futuro. Que as lições aprendidas sirvam de estímulo para que siga em frente.

Alguns depoimentos:

Relato de uma jovem de 19 anos que narra ter feito estágio em uma empresa de eletrônicos e em seguida conseguiu um emprego melhor em um hospital.

Quando participava do projeto, conquistei meu primeiro emprego na Sonkey e hoje já estou em um emprego melhor. (Pesquisado 11)

Relato de uma jovem de 19 anos, hoje na função de telemarketing:

Tive algumas dificuldades por ser menor de idade e não ter experiência profissional. (Pesquisado 15)

Uma jovem de 18 anos, hoje na função de atendente em uma universidade, relata que foi encaminhada para outro projeto e a partir de um estágio conseguiu o emprego.

Fui encaminhada para a Epesmel, oportunidade para um menor de idade conseguir um emprego. (Pesquisado 38)

Encontrar o primeiro emprego geralmente não é fácil, muito menos encontrar pessoas dispostas a abrir portas para quem precisa.

O trabalho fortalece o homem enquanto sujeito, garante satisfação das necessidades essenciais e de realização pessoal, mas para que isso aconteça é fundamental que se tenha uma visão de mundo bem como os avanços que a sociedade precisa para acompanhar essas transformações.

É preciso estar em constante aperfeiçoamento, pois com a velocidade dos acontecimentos, principalmente os ligados ao mundo tecnológico, o que era

lançamento em pouco tempo passa a não ser mais apropriado devido a uma nova versão ou ferramenta que vem substituir a anterior.

Para Ramos (2002, p. 48):

A qualificação do trabalhador, [...] remete a demonstração feita pelo candidato ao emprego, de que suas qualidades estão de acordo com as exigências do posto de trabalho. Uma associação lógica se estabelece entre a qualificação, considerada como um processo e um resultado, e a codificação da qualificação que conduz ao salário e a hierarquização social.

Diante dessas transformações, a qualificação se torna um forte requisito à porta de entrada no mundo do trabalho, e para os que estão ou vão iniciar sua carreira profissional a qualificação é como se fosse uma receita que não garante, mas proporciona um diferencial na vida do adolescente na busca pelo primeiro emprego.

Nessa transição da adolescência para o jovem, período no qual este tem a necessidade de se incluir profissionalmente, a escola deixou de ser garantia de entrada para o mundo do trabalho há muito tempo, principalmente para as classes menos favorecidas.

Para Sposito (2009, p. 90):

[...] assim, como os jovens vivem essa etapa da vida também se altera, uma vez que a escolaridade já não se afigura como elemento garantidor da entrada no mundo do trabalho, especialmente se considerarmos o ingresso no mercado formal de ocupações e de posições dos estratos menos privilegiados da sociedade, exatamente aqueles que têm acesso tardio aos degraus mais elevados do sistema de ensino.

Diante dos relatos, é possível perceber que essa tensão em relação à escola não oferecer um espaço de formação é que faz com que os jovens estejam buscando cada vez mais a qualificação profissional, o que os leva a ter duas dimensões estruturantes: a escola e o trabalho, que em algumas vezes acontece precocemente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, foram coletadas informações que nos ajudam a entender a importância da preparação dos jovens para o mundo do trabalho.

O Centro Social Marista Irmão Acácio tem procurado oportunizar aos jovens um contato com a informática, promovendo conhecimento e capacitação técnica através dos programas de aprendizagem profissional.

Na aplicação dos questionários pôde-se notar que as respostas dos pesquisados demonstraram que os valores como aprendizagem, comprometimento e motivação foram assimilados durante o tempo que permaneceram no Centro Social Marista Irmão Acácio.

Assim, a Instituição acredita que a estrutura física, conteúdos e profissionais cumprem o papel de forma adequada, atingindo os objetivos e contribuindo de forma significativa na melhoria da qualidade de vida dos jovens.

O que se percebe é que a Instituição está sempre preocupada e avalia constantemente toda a sua estrutura, desde física, organizacional, as estratégias e os processos educacionais, sempre considerando as mudanças ocasionadas pelo mundo globalizado.

Periodicamente são realizadas formações continuadas para os educadores, com objetivo de atualização, discussão e troca de experiências, garantindo com isso a qualidade dos serviços prestados pelos profissionais na execução dos conteúdos das linguagens, além de promover vínculos de cooperação, respeito e confiança entre todos os membros da equipe.

A Instituição preocupa-se com valores éticos, morais, com o protagonismo e com a cidadania, valores primários que são fundamentais para a inclusão dos jovens no mundo do trabalho e na sociedade onde estão inseridos.

Os pesquisados relatam que receberam informações sobre cidadania e direitos humanos e que a partir dessas informações passaram a ter maior interesse comunitário após o projeto.

Faz-se necessário destacar algumas características comportamentais e cognitivas que compõem as qualificações no que diz respeito a competências e habilidades do jovem egresso: Capacidade de raciocínio lógico, Concentração nas atividades, Conhecimento técnico geral no que diz respeito às tecnologias, Assiduidade e responsabilidade, Iniciativa para resolução de problemas, Criatividade, Capacidade de discernimento, Equilíbrio emocional, Capacidade de absorver novas informações, Autonomia e Disciplina.

Essas características são fundamentais para o perfil do futuro trabalhador, pois, diante do contexto tecnológico atual, não se requer deste profissional, em seu primeiro emprego, apenas disciplina, atenção e condicionamento físico como os trabalhadores do processo produtivo de massa.

Com base nos relatos dos jovens, a pesquisa permitiu visualizar e compreender como o Centro Social Marista Irmão Acácio possibilita aos jovens perceberem suas ideologias e, de forma clara e objetiva, incorporarem o significado do trabalho e de sua importância para o crescimento pessoal e profissional de cada um, agregando valores para a vida em sua trajetória.

Dessa forma, fica claro o papel do Centro Social Marista Irmão Acácio na possibilidade de desempenhar sua função e dar continuidade na formação dos jovens, como vem sendo feito de maneira sistemática e contínua, garantindo que estes jovens poderão ocupar lugares de destaque dentro de organizações ou ao menos sua inserção como empreendedores bem-sucedidos.

Assim, podemos considerar que os objetivos do trabalho foram cumpridos, visto que a intenção da pesquisa era analisar a relevância do programa desenvolvido pelo Centro Social Marista Irmão Acácio. Os resultados comprovam que os jovens conseguiram se inserir no mundo do trabalho e utilizam de forma considerável o conhecimento adquirido através do ensino da informática e dos recursos que a tecnologia oferece.

Do total de entrevistados, 92% relataram que não houve falta de domínio de alguma ferramenta tecnológica que poderia ter tido conhecimento prévio no Centro Social Marista Irmão Acácio.

Acreditamos também que o trabalho realizado com os jovens alcançou todos os objetivos propostos inicialmente, como a permanência do jovem no sistema

de ensino, motivação para encarar o mundo do trabalho e, principalmente, aumento da autoestima e qualidade de vida.

Do total de 50 pesquisados, 88% estão empregados sendo 44% deles com ganhos entre 2 e 3 salários mínimo.

Através das entrevistas e dos relatos obtidos, 38% dos pesquisados sinalizaram ter tido mudança de função devido aos conhecimentos prévios de informática adquiridos no Centro Social Marista Irmão Acácio.

Em geral, os jovens mostraram-se satisfeitos em relação à escolha do programa de qualificação, sendo este uma ponte de transição para o mundo do trabalho. Através das entrevistas, 86% deles relataram que não tiveram dificuldade para ingressar no seu primeiro emprego.

Em sua unanimidade declaram que os conhecimentos adquiridos através do Projeto Social, especificamente na área da Informática, contribuíram para o desenvolvimento profissional e pessoal.

Os jovens reconhecem que os conhecimentos de informática são imprescindíveis para o ingresso em muitas áreas do mundo do trabalho, 38% dos pesquisados fizeram ou fazem cursos técnicos de informática como aperfeiçoamento, porém têm consciência que apenas esses conhecimentos não são garantia contra o desemprego, sendo unânimes no desejo em entrar em uma universidade para realização de um curso superior.

Espera-se que este estudo possa servir de referência e reflexão sobre o importante papel das organizações do terceiro setor que têm como objetivo a inserção de jovens na sociedade.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A.J. Os lugares da Educação. In: SIMSON, O. R. M.; PARK, M. B.; FERNANDES, R. S. (Orgs.). **Educação Não-Formal: cenários da criação**. Campinas: Unicamp, 2001.

AFONSO, A. J. Sociologia da educação não-escolar: reatualizar um objetivo ou construir uma nova problemática? In: ESTEVES, A. J.; STOER, S. R. (Orgs.). **A sociologia na escola**. Porto: Afrontamento, 1989.

BARRETO, V. **Paulo Freire para educadores**. São Paulo: Arte e Ciência, 2003.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: 35.ed. Brasiliense, 2000. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996a.

_____. **Lei nº 9.394/96 de 23 de dezembro de 1996b** - Cap. III, Art 39 a 42. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) >. Acesso em: 15 out. 2010.

_____. **Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/semtec/proep/legislacao/df2208.shtm>>. Acesso em: 15 out. 2010.

_____. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/semtec/educprof/ftp/dec5154_04.pdf>. Acesso em: 15 out. 2010.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais 1ª a 4ª Séries. 1999a**. Online. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 14 out. 2010.

_____. **Resolução nº 04 de dezembro de 1999.** Institui as Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/semtec/educprof/ftp/ceb0499.doc>>. Acesso em: 15 out. 2010.

CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. Introdução. In: _____. **Juventude e políticas sociais no Brasil.** Brasília: Ipea, 2009. 303 p.

COSTA, A. C. G. **Protagonismo juvenil:** adolescência, educação e participação democrática. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

COSTA, A. C. G. **A Presença da Pedagogia:** métodos e técnicas da ação socioeducativa. 2.ed. São Paulo: Global: Instituto Ayrton Senna, 2001.

DELORS, J. **Educação para o século XXI.** Porto Alegre: Artmed, 2005. 265 p.

DUARTE JÚNIOR, J. F. **Por que arte-educação?** Campinas: Papyrus, 1991.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ESTEFENON, S. G. B.; EISENSTEIN, E. **Geração digital:** riscos e benefícios das novas tecnologias para as crianças e os adolescentes. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2008.

GADOTTI, M. **Educação e poder:** Introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 1984.

GARCIA, V. A. A Educação Não-Formal no Âmbito do Poder Público: Avanços e Limites. In: SIMSON, O. R. M.; PARK, M. B.; FERNANDES, R. S. (Orgs.). **Educação não-formal:** cenários da criação. Campinas: Unicamp, 2001.

GOODE, W. J.; HATT P.R. **Métodos em pesquisa social.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política:** Impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2005a.

GOHN, M. G. **O protagonismo na sociedade civil:** movimentos sociais, ONGs e Redes Solidárias. São Paulo: Cortez, 2005b.

GRAMSCI, A. **Sobre Democracia Operária e outros textos**. Lisboa/Portugal: Ulmeiro, 1976.

HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

JOLY, M. C. R. A. **A tecnologia no ensino: implicações para a aprendizagem**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LANÇAS, J. N. P. **Meu primeiro emprego – A chave do sucesso para quem está começando**. Rio de Janeiro: Campus, 2003. 208 p.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

LEITE, M. P. **O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária**. São Paulo: Scritta, 1994.

LEVY, P. **As tecnologias da Inteligência – o futuro da inteligência coletiva na era da informática**. São Paulo: Ed. 34, 1993.

LIMA JÚNIOR, A. S. **As novas tecnologias e a Educação escolar – um olhar sobre o Projeto Internet nas escolas**. 1997. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MATTOSO, J. **A Desordem do Trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MONTEIRO, A. R. **História da educação: do antigo direito da educação ao novo direito da educação**. São Paulo: Cortez, 2006.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2007.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa Social – Introdução às suas técnicas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

PRETTO, N. L. **Uma escola sem/com futuro - educação e multimídia**. Campinas: Papirus, 1996.

RAMOS, L. C. **Em busca das origens do terceiro setor: uma avaliação crítica da literatura econômica sobre organizações não-lucrativas**. São Paulo, 2003. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

RAMOS, M. N. **A pedagogia faz competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2002.

RIBEIRO, V. M. **Educação de jovens e adultos – novos leitores, novas leituras**. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

SANCHO, J. A. Tecnologia: um modo de transformar o mundo carregado de ambivalência. In: SANCHO, J.M. (Org.). **Para uma tecnologia educacional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SIMSON, O. R. M.; PARK, M. B.; FERNANDES, R. S. (Orgs.) Introdução. In: _____. **Educação não formal: cenários da criação**. Campinas: Unicamp, 2001.

SPOSITO, M. P. **O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

VALENTE, J. A. **O computador na sociedade do conhecimento**. Campinas: Nied-unicamp, 1999. 156 p. Disponível em: <<http://www.nied.unicamp.br/oea/pub/livro1/>>. Acesso em: 18 out. 2010.

VASCONCELOS, L. M. C.; BRITO, R. H. P. **Conceitos de educação em Paulo Freire**. Petrópolis: Vozes, 2006.

VECCHI, J. E. **Educadores na era da informática**. São Paulo: Salesiana, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário

Nome: _____ Idade: _____

Endereço: _____ Nº: _____

Bairro: _____ CEP: _____ - _____ Telefone : _____

E-mail: _____

Ano que cursou o projeto: _____ Tempo de permanência: _____

1. Grau de Instrução Atual

- | | |
|--------------------------|-------------------------------|
| <input type="checkbox"/> | Ensino Fundamental Incompleto |
| <input type="checkbox"/> | Ensino Fundamental Completo |
| <input type="checkbox"/> | Ensino Médio Incompleto |
| <input type="checkbox"/> | Ensino Médio Completo |
| <input type="checkbox"/> | Ensino Superior Incompleto |
| <input type="checkbox"/> | Ensino Superior Completo |

2. Trabalha atualmente. Se sim, qual a função?

- | | |
|--------------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Sim _____ |
| <input type="checkbox"/> | Não |

3. Qual a sua renda atual. Por salário mínimo (R\$ 465,00).

- | | |
|--------------------------|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/> | Até um salário mínimo |
| <input type="checkbox"/> | Até dois salários mínimos |
| <input type="checkbox"/> | Até três salários mínimos |
| <input type="checkbox"/> | Até quatro salários mínimos |
| <input type="checkbox"/> | Cinco ou mais salários mínimos |

4. Quanto ao seu trabalho, gostaria de mudanças? Se sim, especifique.

<input type="checkbox"/>	Sim	_____
<input type="checkbox"/>	Não	

5. Você utiliza a informática no seu trabalho? Se sim, descreva quais recursos, ferramentas ou aplicativos utiliza.

<input type="checkbox"/>	Sim	_____
<input type="checkbox"/>	Não	

6. Você utiliza a informática na sua casa? Se sim, descreva quais recursos, ferramentas ou aplicativos utiliza.

<input type="checkbox"/>	Sim	_____
<input type="checkbox"/>	Não	

7. Você já teve alguma promoção ou elevação de cargo por ter conhecimentos em informática? Se sim, para qual?

<input type="checkbox"/>	Sim	_____
<input type="checkbox"/>	Não	

8. Você acredita que os conhecimentos adquiridos através do Projeto Social, especificamente na área da Informática, contribuiram para seu desenvolvimento profissional e pessoal? Justifique.

<input type="checkbox"/>	Sim	_____
<input type="checkbox"/>	Não	

9. Para o trabalho que desenvolve, houve falta de domínio de alguma ferramenta tecnológica que poderia ter tido conhecimento no Projeto Social? Se sim, qual?

<input type="checkbox"/>	Sim	_____
<input type="checkbox"/>	Não	

10. Você fez ou faz algum curso ou treinamento na área da Informática? Se sim, descreva.

<input type="checkbox"/>	Sim	_____
<input type="checkbox"/>	Não	

11. Teve dificuldade (s) para encontrar seu primeiro emprego? Se sim, descreva.

<input type="checkbox"/>	Sim	_____
<input type="checkbox"/>	Não	

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa **“Os reflexos do domínio da tecnologia digital na empregabilidade do adolescente”**.

Você foi selecionado por ter participado do Programa Agente Jovem entre os anos de 2005 a 2007 no Centro Social Marista Irmão Acácio, na cidade de Londrina - PR, e sua participação não é obrigatória.

Os objetivos deste estudo é analisar o impacto da inclusão digital na empregabilidade e a transformação social na vida do jovem atendido por projeto socioeducativo.

Serão pesquisados aproximadamente 50 sujeitos e sua participação nesta pesquisa consistirá em responder um questionário com 14 perguntas oferecido pelo pesquisador, apenas uma vez.

Não haverá nenhum tipo de despesa para o sujeito da pesquisa, bem como nada será pago a ele para participar da pesquisa.

Será respeitada a autonomia e a dignidade do sujeito e este poderá, a qualquer momento, pedir informações e esclarecimentos sobre a pesquisa.

Ficarão à disposição do sujeito, os nomes e os telefones dos participantes da pesquisa, bem como o nome e telefone de representante do Comitê de Ética (CEP).

Marcelo Bolfe – Pesquisador – Fones: (43) 3025-5250 e 9984-8587

Prof^a. Dra. Raquel Rosan Gitahy – Orientadora – Fone: (18) 3908-4360

Prof^a. Dra. Rosa Maria Barilli Nogueira – Coordenadora – Fone (18) 3229-2077

As informações obtidas por meio desta pesquisa serão publicadas e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a impossibilitar sua identificação.

Nome e assinatura do pesquisador
Marcelo Bolfe

Nome e assinatura do orientador
Raquel Rosan Christino Gitahy

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação, e concordo, voluntariamente, em participar.

Nome e assinatura do Sujeito da Pesquisa

Local e data: _____ Fone para contato: _____